

# panorama

inforegio

## ▶ Rumo à inovação e ao crescimento ecológico

Como a política de coesão está  
a impulsionar o investimento da UE

▶ Entrevista com Johannes Hahn,  
Comissário da Política Regional

▶ Integração das questões urbanas  
na criação de políticas da UE

▶ Apoio às PME através de  
instrumentos financeiros

▶ OPEN DAYS 2014: Crescimento  
conjunto – Investimento inteligente  
nas pessoas

▶ **EDITORIAL** ..... 3

Walter Deffaa,  
Diretor-Geral da Política Regional e Urbana

▶ **ENTREVISTA**

**UMA FERRAMENTA DE INVESTIMENTO PARA CUMPRIR AS METAS DA UE** ..... 4-7

Johannes Hahn, Comissário da Política Regional

▶ **DESTAQUE**

**A POLÍTICA DE COESÃO DIRECIONA A EUROPA PARA A INOVAÇÃO E O CRESCIMENTO ECOLÓGICO** ..... 8-13

▶ **DADOS ABERTOS E A POLÍTICA DE COESÃO** ..... 14-15

▶ **ÊNFASE ECONÓMICA PARA O ACORDO DE PARCERIA GREGO** ..... 16-19

Entrevista com George Yannoussis

▶ **OPEN DAYS 2014** ..... 20-21

▶ **RUMO A UMA AGENDA URBANA DA UE** ..... 22-23

▶ **GRANDES PROJETOS COM UM GRANDE IMPACTO** ..... 24-25

▶ **UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA CONCRETIZAR A POLÍTICA DE COESÃO** ..... 26-27

▶ **FUNDO SOCIAL EUROPEU 2014-2020** ..... 28-31

▶ **MELHORIA DOS CONTRATOS PÚBLICOS** ..... 32-33

▶ **EUSAIR** ..... 34-35

▶ **NOTÍCIAS BREVES** ..... 36-37

▶ **LIDERANÇA DA PARCERIA DA EUROPA COM A SOCIEDADE CIVIL** ..... 38-39

▶ **A POLÍTICA REGIONAL DA UE DESDE 1989** ..... 40-41

▶ **CONTRIBUIÇÕES DOS LEITORES** ..... 42-43

Panorama chega à 50.ª edição

▶ **EXEMPLOS DE PROJETOS** ..... 44-47

Exemplos de projetos da Grécia, da Espanha e de Cooperação Territorial Europeia

▶ **AGENDA** ..... 48



Solucar, situado nas proximidades de Sevilha, em Espanha, é o maior complexo solar da Europa e um catalisador para o investimento tecnológico na região.



Fotografias (Páginas):

Capa: © Shutterstock/raulbaenacasado  
 Páginas 3, 4, 6-7, 12, 18, 21, 22-23, 27, 36, 40:  
 © Comissão Europeia  
 Páginas 8, 15, 32, 34-35, 41: © Shutterstock  
 Página 16: © Secretariado Geral para Investimentos Públicos – NSRF, Grécia; © Comissão Europeia  
 Páginas 17-18: © FORTH  
 Página 23: Espanha © Centro de Estudos Ambientais  
 Páginas 24-25: Bulgária/Roménia, Grécia, Polónia – © Comissão Europeia; França – © ANMA  
 Páginas 28-29: © Shutterstock/Lisa F. Young; © Shutterstock/Anton Chalakov; © Shutterstock/Anton Chalakov  
 Páginas 30-31: © Emplea verde; Região de Dalarna © Lars Dahlström  
 Página 36: © CoR  
 Página 38: © CESE  
 Páginas 42-43: © Ministério do Desenvolvimento Regional; República Checa; © Contribuintes  
 Páginas 44-47: © SERGAS; Smart Coasts; In2LifeSciences; Thyatron S.A.

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.

Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/information/panorama/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm)

O conteúdo da presente edição foi concluído em setembro de 2014.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2014

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



## ▶ EDITORIAL

### Walter Deffaa

*Diretor-Geral da Política Regional e Urbana,  
Comissão Europeia*

O 6.º Relatório sobre a Coesão, recentemente publicado, apresenta-nos um retrato fiel de como a política de coesão está a evoluir de um programa com o intuito de promover o desenvolvimento regional para um instrumento que procura impulsionar o investimento, a inovação e o crescimento ecológico em toda a União Europeia.

Durante as difíceis condições económicas que se verificaram desde 2008, a política ajudou claramente a atenuar os piores efeitos da crise económica, ao sustentar o investimento público e estimular empresas na fase de arranque.

Durante o período de 2007-2013, a política de coesão criou quase 600 000 empregos e apoiou cerca de 80 000 empresas na fase de arranque. Investiu em 25 800 km de estradas e em 2 700 km de linhas ferroviárias. Ajudou 5,7 milhões de pessoas a encontrar emprego e 8,6 milhões a obter qualificações.

No entanto, a política de coesão também se tornou o principal instrumento pan-europeu para fomentar o investimento na eficiência energética, na criação de postos de trabalho e no apoio às PME. Está agora em perfeita sintonia com a estratégia geral da UE. No novo período de programação de 2014-2020, a política de coesão fará parte integrante da Estratégia Europa 2020, com uma forte incidência no emprego, na inovação, na sustentabilidade e na redução da pobreza e da exclusão social.

### Agenda Urbana

Outra característica da nossa política de coesão em evolução é a mudança de prioridade acordada para os centros urbanos, que estão a aproximar-se do centro da elaboração de políticas da UE.

Mais de dois terços dos cidadãos da UE vivem atualmente em cidades e vilas que são influenciadas, direta ou indiretamente, por inúmeras políticas da UE em áreas como os transportes, a energia e o ambiente. A Comissão traçou planos para desenvolver uma Agenda Urbana com o intuito de promover uma abordagem mais integrada ao desenvolvimento de políticas e uma maior consistência. O objetivo é melhorar o perfil das cidades nos debates de políticas e melhorar a coordenação.

### Acordos de Parceria

Até à data (09/09), 16 em 28 Acordos de Parceria foram adotados pela Comissão Europeia e encontram-se em análise Acordos propostos pelos outros Estados-Membros.

Os Acordos de Parceria definem a estratégia para a utilização adequada dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus nestes países. São acompanhados por programas operacionais propostos que descrevem os planos de investimento dos países e das regiões para o período de programação de 2014-2020.

### Open Days

No contexto dos esforços da Europa para promover a recuperação económica através do investimento na política de coesão e do desenvolvimento de Acordos de Parceria por parte dos Estados-Membros, o OPEN DAYS 2014 será um fórum para debate e discussão ativos num vasto leque de matérias.

Para além dos principais discursos e debates, vão decorrer mais de 100 sessões de trabalho com «workshops» para intercâmbio de práticas recomendadas e formação entre profissionais, bem como «debates» que reúnem grupos de especialistas para abordar um tópico específico.

# ▶ UMA FERRAMENTA DE INVESTIMENTO PARA CUMPRIR AS METAS DA UE

## A NOVA ABORDAGEM À POLÍTICA DE COESÃO



«A política de coesão foi radicalmente transformada numa estratégia de investimento à escala da UE. Hoje em dia, é uma ferramenta poderosa, reconfigurada para gerar desenvolvimento económico e transformações ao nível regional.»

JOHANNES HAHN – COMISSÁRIO EUROPEU  
PARA A POLÍTICA REGIONAL

No âmbito da celebração da publicação da 50.ª edição da *Panorama*, conversamos com Johannes Hahn, Comissário da Política Regional, acerca dos resultados e da transformação da política de coesão durante o seu período em funções.

Um dos desenvolvimentos mais importantes que aconteceu recentemente foi a mudança que conseguimos implementar na imagem e no estatuto da política de coesão, afirma Johannes Hahn, Comissário da Política Regional.

«Nos primeiros anos, a política de coesão concentrava-se nas regiões mais pobres e na redução das disparidades. Não abandonamos esta função tradicional, mas agora foi radicalmente transformada numa estratégia de investimento à escala da UE.» Hoje em dia, é uma ferramenta poderosa, reconfigurada para gerar desenvolvimento económico e transformações ao nível regional. Além disso, destina-se a apoiar a mudança em todas as regiões, sejam elas subdesenvolvidas ou avançadas, conforme o que for adequado.»

Por detrás desta estratégia, existe uma nova abordagem e filosofia, criadas para apoiar e promover o crescimento económico e o emprego através das regiões e das cidades, explica.

O Comissário destaca as novas palavras de ordem que estão agora estreitamente associadas à política de coesão reformada, como orientação para os resultados, desempenho, metas, objetivos, prestações, etc.

«Isto não é só jargão, mas antes o reflexo da forma como a política de coesão vai ter de funcionar. Uma vez que passou a representar um terço do orçamento da UE – cerca de 350 mil milhões de euros – os seus recursos têm de ser direcionados adequadamente e utilizados com sensatez.»

### Mudança da mentalidade

Um dos principais objetivos da nova abordagem à política de coesão é que esta se torne mais inteligente e mais focada, afirma. Deste modo, pode atuar como a principal estratégia de investimento da União Europeia e como uma ferramenta fundamental para conseguir alcançar as metas da Estratégia Europa 2020.

«Outro aspeto importante é que alterámos a “mentalidade” que envolve a política de coesão», realça o Comissário. «O processo rigoroso que introduzimos com os Acordos de Parceria e os programas operacionais obrigam os Estados-Membros a estabelecer efetivamente um “plano de negócios” pragmático e exequível ou uma estratégia de desenvolvimento económico que seja adequada às respetivas economias e regiões.»

«O plano tem de estar em consonância com os objetivos prioritários definidos na Estratégia Europa 2020. Tem de ser acordado connosco, aqui em Bruxelas.»

Os dias do dinheiro incondicional – subvenções e «cheques em branco» – para os projetos regionais acabaram, explica. Cada euro gasto tem de ser justificado. É necessário um plano de antemão e a implementação adequada tem de ser justificada, tal como qualquer outro tipo de investimento profissional.

## Gestão de mudanças

«De uma forma curiosa, a crise económica ajudou a facilitar a introdução da nova mentalidade para a política de coesão», explica.

«Devido às restrições financeiras, as autoridades a todos os níveis nos Estados-Membros tiveram de se concentrar com rigor nos orçamentos e pensar nas prioridades. A maioria apercebeu-se de que as coisas não podiam continuar como antes.»

«Esta é exatamente a abordagem e a disciplina que agora são necessárias na política de coesão, onde os Estados-Membros têm de analisar rigorosamente os seus objetivos e prioridades e decidir onde é que os recursos podem ser investidos da melhor forma.»

## Objetivos claros e mensuráveis

A nova abordagem tem sido essencial para o desenvolvimento dos Acordos de Parceria (AP) para o período de programação de 2014-2020.

Os AP são documentos vitais para orientar o investimento estratégico pelos Estados-Membros e pelas regiões para os próximos sete anos, assim como para definir objetivos claros de investimento que estejam em harmonia com as principais prioridades da Estratégia Europa 2020.

«A nova abordagem ajudar-nos-á a ver resultados quantificáveis e permitir-nos-á avaliar continuamente se os investimentos públicos estão a alcançar o máximo impacto em termos de estímulo do crescimento e da criação de emprego na Europa», afirma o Comissário.

«Como podemos investir em investigação, por exemplo, quando não existe nenhuma estratégia de investigação? É como tentar conduzir um carro sem volante.»

## O instrumento financeiro para a Europa 2020

Aprendeu-se muito com a falha da Estratégia de Lisboa, afirma. «Apesar dos objetivos da estratégia de 2000 serem bons, o plano para a mudança e a reforma não tinha um instrumento financeiro para o fazer avançar. Isto foi um ponto fraco importante. Sem qualquer compromisso legal nem orçamento real, confiou demasiado na vontade política que, afinal de contas, não existiu.»

No entanto, os problemas que a Estratégia de Lisboa abordava – pouca produtividade, crescimento económico estagnado na UE – não desapareceram, realça Hahn. Além disso, a crise económica de 2008 expôs falhas profundas numa economia já constrangida pela globalização, pressionada pelos recursos e por uma população em envelhecimento.

A resposta da União Europeia tem sido o seu modelo para o crescimento económico futuro: a Estratégia Europa 2020. Esta estratégia visa a criação de emprego e a redução da pobreza ao investir de forma inteligente na eficiência energética, na pesquisa e investigação, bem como em métodos de produção sustentáveis e modernos.

«Uma das “inovações” da política de coesão reformada é o seu alinhamento com estas prioridades da Europa 2020 e a concentração num número limitado de objetivos estratégicos acordados no sentido de criar uma massa substancial de investimento na área selecionada», explica.

«Com investimentos regionais direcionados para o apoio às PME, a inovação e a economia assente num baixo nível de emissões de carbono, somos uma parte essencial do plano de implementação para concretizar a Estratégia Europa 2020. Por exemplo, uma das melhores mensagens que posso transmitir no final do meu mandato é que já sabemos que mais de 38 mil milhões de euros serão gastos na eficiência energética e nas energias renováveis. Os Estados-Membros perceberam a mensagem – foram ainda mais longe do que lhes foi pedido. Isto ajudará a UE a cumprir os seus objetivos relativos às alterações climáticas e a melhorar a segurança energética.»

## Especialização inteligente

A política de coesão reformada para 2014-2020 assenta na convicção de que cada região pode alcançar o máximo impacto se começar por identificar os seus pontos fortes. Esta é a filosofia que está por detrás da estratégia de «especialização inteligente».

A especialização inteligente é uma abordagem inovadora à transformação económica regional que permitirá que as regiões concentrem o investimento nas suas áreas de especialidade ou nas vantagens competitivas e maximizem o seu potencial de crescimento.

«Para sustentar a especialização inteligente, estamos a mobilizar ferramentas, instituições e peritos para ajudar as regiões a encontrar os seus próprios nichos industriais e tecnológicos no mercado global.»

«Esta estratégia constitui agora uma parte importante dos esforços europeus para ajudar as regiões a encontrarem um caminho de saída da recessão», afirma.

## Investimento público

O financiamento da política de coesão, em conjunto com o co-financiamento proporcionado pelos Estados-Membros, passou a representar uma proporção bastante significativa de investimento público na Europa. Em Estados-Membros como Eslováquia, Hungria, Bulgária, Lituânia, Estónia, Malta, Letónia e Polónia ascendeu a mais de metade de todo o investimento público entre 2010 e 2012.

Apesar de a crise económica ter sido um grande revés para todas as economias, a política de coesão da UE desempenhou um papel de destaque na mitigação de alguns dos piores efeitos e ajudou vários países e respetivas regiões a atenuar os problemas, segundo indica o Comissário.

No caso da Grécia, por exemplo, a política de coesão também apoiou os esforços do país para a reforma estrutural e irá desenvolver este ímpeto em 2014-2020 quando a Grécia receber os 15,5 mil milhões de euros ao abrigo da política de coesão da UE.

«Acredito que é imperativo que o dinheiro seja bem utilizado e direcionado principalmente para a economia real», enfatiza Hahn.

«As regiões são a chave para a recuperação na Grécia. É por isso que resolvi visitar as suas 13 regiões e, tendo lá estado, confirmei a minha crença no potencial das regiões gregas. O Acordo de Parceria para a Grécia para 2014-2020 prevê um programa para cada uma das 13 regiões.»

## Estratégias macrorregionais

O desenvolvimento de estratégias macrorregionais representa um alargamento do âmbito da política regional para incluir os Estados-Membros e os não membros, no sentido de resolver desafios regionais comuns.

«A novidade do método macrorregional é a forma como reúne os países para cooperarem em questões conjuntas,



definindo metas, alinhando o financiamento e trabalhando em conjunto para alcançar os objetivos. As estratégias macrorregionais permitem incidir com maior precisão na forma como os fundos existentes são atribuídos, garantindo o “pensamento conjunto” entre os diferentes setores.»

«Com estratégias já em vigor para a região do Mar Báltico, a região do Danúbio e a região do Adriático e do Jónico e outras em fase de planeamento, estamos a provar que as estratégias macrorregionais podem proporcionar um quadro para identificar soluções coerentes que sejam significativas para as nossas regiões.»

O Comissário realça, no entanto, que cabe aos Estados-Membros identificar as necessidades e prioridades do território em questão. É da responsabilidade deles proporcionar os recursos logísticos, fazer recomendações e acompanhar as decisões.

A Comissão estará sempre disponível para apoiar o grupo de países ou regiões, mas não vai gerir o processo. São os líderes políticos locais que têm de orientar a estratégia.

## Programa de Paz da Irlanda do Norte

A inauguração da Ponte da Paz sobre o rio Foyle em Derry-Londonderry em 2011 foi particularmente representativa do progresso que se está a conseguir no caminho para a paz e reconciliação na Irlanda do Norte.

Nessa ocasião o Comissário Hahn foi presenteado com um modelo da ponte, que está orgulhosamente exposto na sua secretária em Bruxelas.

De facto, a UE tem dado um enorme contributo para reforçar o progresso rumo à reconciliação e a uma sociedade pacífica e estável na Irlanda do Norte. Foram investidos cerca de 1,3 mil milhões de euros de fundos da UE em conjunto com financiamentos nacionais em mais de 20 000 projetos ao longo de 18 anos.

Impressionado pelo progresso conseguido no processo de paz, Hahn lançou a uma conferência em 2013, que constituiu uma plataforma internacional para divulgar as experiências do



► ESQUERDA: O Comissário Hahn atravessa a nova Ponte Vidin-Calafat sobre o rio Danúbio. A estratégia macrorregional do Danúbio (EUERD) combina políticas regionais, de investigação, de transportes e ambientais, bem como de segurança, turismo e crescimento, para tornar a região do Danúbio num lugar melhor para viver e trabalhar.

► DIREITA: Johannes Hahn numa visita ao município de Obrenovac, na Sérvia, devastado pelas inundações.

programa PEACE da UE e estimular um debate sobre se essas experiências poderiam ser adaptadas a outras situações relevantes na Europa e fora dela. O evento ajudou expressamente a promover a especialização da Irlanda do Norte na consolidação da paz perante um público internacional. Os testemunhos dos oradores no evento demonstraram o valor do apoio prestado pela UE.

«Ouvi com prazer o diálogo amigável entre dois antigos adversários por ocasião da nossa conferência “Bringing Divided Communities Together” (Aproximar Comunidades Divididas)», afirma Hahn.

«São agora Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro da Irlanda do Norte e têm ambos plena consciência da importância do apoio que receberam da Europa e da sua abordagem construtiva, para a recuperação da comunidade e a promoção da paz a longo prazo.»

O Comissário destaca a presença na conferência de vários representantes de outras áreas problemáticas da Europa, todos eles bem atentos às lições aprendidas, aos projetos bem-sucedidos e à forma como as feridas se estão lentamente a curar e as comunidades se estão a aproximar.

## Auxílio a catástrofes

Ajudar as regiões da Europa também significa auxiliar em tempos de crise. Durante uma década, a UE tem sido uma grande fonte de apoio durante catástrofes naturais que têm ocorrido pelo continente europeu, desde inundações a sismos e incêndios florestais.

Isto foi alcançado através do Fundo de Solidariedade da UE, que ajuda na reconstrução dos danos provocados após a fim da catástrofe. Foram utilizados mais de 3,6 mil milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE para ajudar milhões de pessoas em 23 Estados-Membros, além de cerca de 6,5 mil milhões de euros atribuídos à prevenção de catástrofes.

O Fundo esteve, por exemplo, ativamente envolvido no rescaldo do terramoto em Abruzzo, na Itália, que destruiu a infraestrutura, edifícios públicos, lares e empresas da região.

O Fundo esteve recentemente envolvido na prestação de apoio às áreas afetadas por inundações nos Balcãs. O dinheiro do Fundo de Solidariedade da UE está a ser utilizado para ajudar a cobrir parte das despesas de reconstrução de algumas zonas da Sérvia após a catástrofe.

«Apesar de a Sérvia ser apenas um candidato à adesão à UE, o país já está a ser tratado como um Estado-Membro pleno», afirma Hahn. Durante a liderança do Comissário Hahn o fundo também sofreu reformas. Estas reformas, acordadas pelos Estados-Membros e pelo Parlamento Europeu, entraram em vigor em junho e tornaram o Fundo muito mais simples e rápido, conferindo-lhe uma maior capacidade de resposta às necessidades de um Estado-Membro ou região afetado por uma catástrofe.

## Desafios para o futuro

«Mais de dois terços dos cidadãos da UE vivem atualmente em cidades e vilas, sendo importante atribuir aos centros urbanos um lugar mais central na reflexão sobre a política de coesão nos anos vindouros», afirma o Comissário. «Estamos a começar a desenvolver uma Agenda Urbana para tratar desta questão.»

Outra área para novas reflexões prende-se com os cuidados de saúde, o financiamento da saúde e as pensões que, como destaca o Comissário, serão desafios sérios no futuro.

«Com uma população em envelhecimento, a pressão sobre os orçamentos públicos vai aumentar. É, no entanto, uma área onde o investimento estratégico através da política de coesão da UE poderia ser valioso», sugere.

«As novas tecnologias e a difusão generalizada da telemedicina e dos tratamentos fora dos hospitais podem reduzir a carga das infraestruturas médicas.»

«Estas abordagens, apoiadas pelo financiamento da política de coesão, podem ajudar a reduzir a carga financeira crescente dos cuidados de saúde», afirma.

O financiamento regional tem, ao longo dos anos, trazido vantagens significativas para a economia europeia. Criou milhões de novos postos de trabalho, abriu o acesso a regiões inteiras através da construção de autoestradas, linhas ferroviárias e portos e investiu em novas pequenas empresas. A nova reforma transformou-se em muito mais do que apenas uma fonte de subsídios – é uma ferramenta de investimento que promove a Europa 2020. Mas é óbvio que a política vai continuar a evoluir segundo as necessidades impostas pelo tempo.

# ▶ A POLÍTICA DE COESÃO DIRECIONA A EUROPA PARA A INOVAÇÃO E O CRESCIMENTO ECOLÓGICO





**As análises mais recentes da Comissão em relação ao desempenho da política de coesão publicadas no 6.º Relatório sobre a Coesão mostram que a política ajudou claramente a atenuar os efeitos da crise económica, ao sustentar o investimento público e estimular empresas na fase de arranque. A política de coesão também se tornou o principal instrumento pan-europeu para fomentar o investimento na eficiência energética, na criação de postos de trabalho e no apoio às PME.**

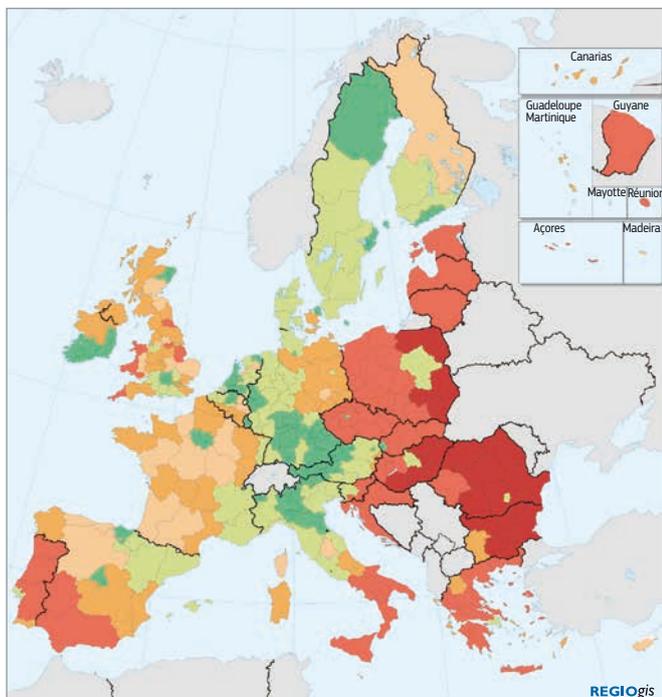
O apoio financeiro através da política de coesão concentrou-se historicamente nas regiões menos desenvolvidas, mas agora está a mudar do investimento em infraestruturas materiais para um apoio às empresas e à inovação, ao emprego e à inclusão social. A cobertura geográfica foi simplificada, sendo que todas as regiões são elegíveis para uma medida de apoio.

Além de reduzir as disparidades económicas entre as regiões da UE, a política tem vindo a alinhar-se mais estreitamente com a estratégia geral da UE. No novo período de programação de 2014-2020, a política de coesão faz parte integrante da Estratégia Europa 2020, com uma forte incidência na inovação, no emprego, na sustentabilidade e na redução da pobreza e da exclusão social.

### Contexto económico alterado

O relatório é apresentado no início de um novo período de programação a 7 anos para a política de coesão, no qual a situação da UE está substancialmente diferente em relação ao lançamento do período de programação anterior, em 2007.

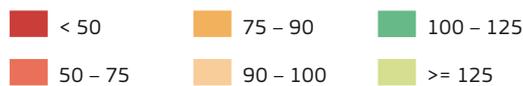
Nesta altura, a UE ainda gozava de um período de crescimento económico sustentado. Os níveis de rendimento estavam em crescimento, tal como as taxas de emprego e o investimento público, a pobreza e a exclusão social estavam a diminuir, assim como as disparidades regionais. Desde 2008, a crise económica inverteu uma grande parte deste bom trabalho, tendo aumentado a dívida pública e o desemprego, enquanto o rendimento pessoal de muitos entrou em declínio. Ao mesmo tempo, a pobreza e a exclusão social tornaram-se mais generalizadas.



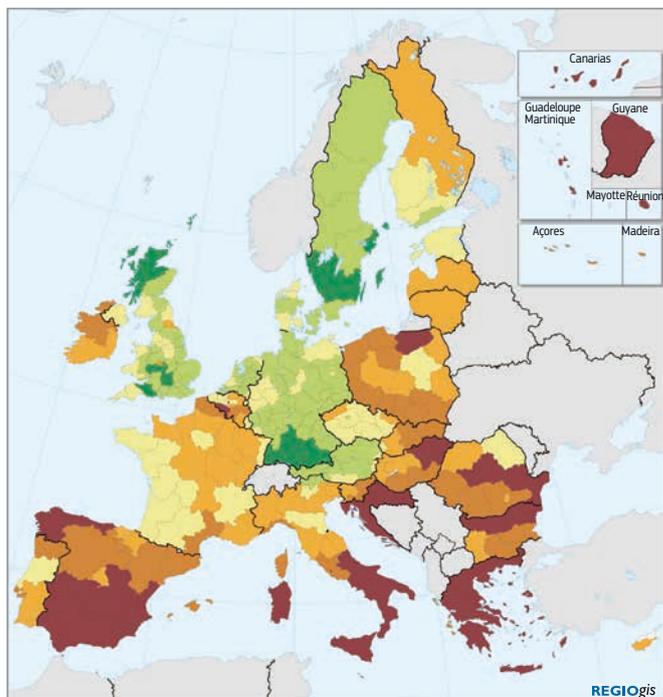
▶ PIB PER CAPITA (PPC), 2011

O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA EM PADRÕES DE PODER DE COMPRA (PPC) CORRESPONDE AO VALOR TOTAL DE BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS POR HABITANTE.

Índice UE-28 = 100

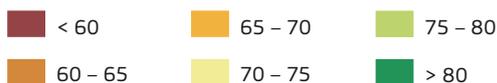


Fonte: Eurostat



▶ TAXA DE EMPREGO (20-64), 2013

% DE POPULAÇÃO ENTRE OS 20 E OS 64 ANOS



Nota: UE-28 = 68,3  
A meta da Europa 2020 é de 75 %.  
Fonte: Eurostat

Historial de 2007-2013

No período de 2007-2013, a política de coesão conseguiu, mesmo assim, contribuir substancialmente para o crescimento e o emprego. Segundo os valores mais recentes, a política de coesão criou quase 600000 empregos e apoiou cerca de 80000 empresas na fase de arranque. Investiu em 25800 km de estradas e em 2700 km de linhas ferroviárias. Ajudou 5,7 milhões de pessoas a encontrar emprego e 8,6 milhões a obter qualificações.

Estima-se que o investimento da política de coesão aumentou o PIB em 2,1% por ano, em média, na Letónia, 1,8% por ano na Lituânia e 1,7% por ano na Polónia. Estima-se também que aumentou o nível de emprego em 1% por ano na Polónia, 0,6% na Hungria e 0,4% na Eslováquia e na Lituânia.

Teve um maior efeito de longo prazo sobre o potencial de desenvolvimento destas economias. Estima-se que o PIB para 2020 na Lituânia e na Polónia será superior em 4% ao que teria sido sem este investimento e, na Letónia, superior em 5%.

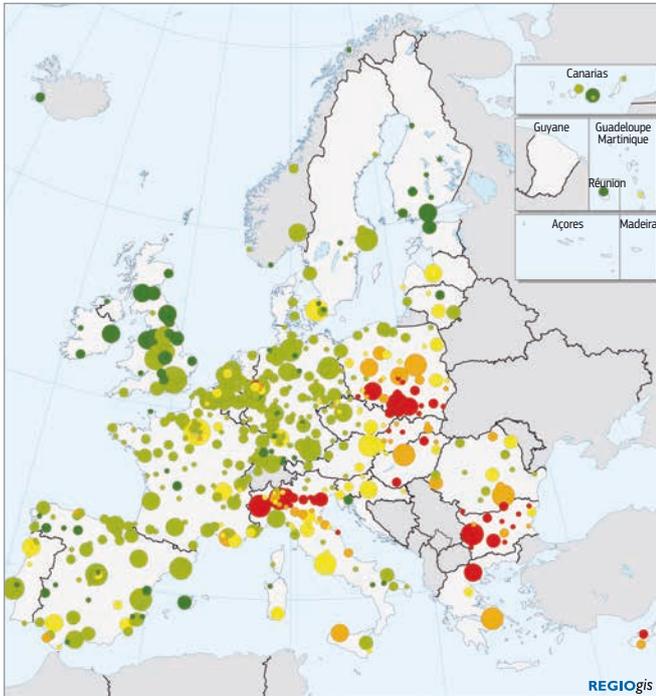
Sustentação do investimento público

A política de coesão tem amortecido o declínio dramático do investimento público na Europa. Tem sido importante para manter a despesa pública em áreas vitais, como I&D, apoio às PME, energia sustentável, desenvolvimento de recursos humanos e inclusão social.

Na maior parte dos Estados-Membros, os orçamentos governamentais têm estado num défice significativo ao longo do período de crise e os níveis da dívida pública aumentaram drasticamente, em certos casos bastante acima de 100% do PIB. A deterioração nas finanças públicas levou a cortes orçamentais generalizados (consolidação fiscal) e muitos governos reduziram significativamente o investimento público.

Em média, o investimento público na UE diminuiu 20% em termos reais entre 2008 e 2013 e, na Grécia, Espanha e Irlanda, verificou-se uma redução acima dos 60%. Nos países da UE-12 (1), onde o financiamento da política de coesão é particularmente importante, caiu 32%. Tendo em conta que os

(1) Os países que aderiram à UE em 2004 e 2007.



© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

### ▶ CONCENTRAÇÃO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA (PARTÍCULAS – PM<sub>10</sub>), 2011

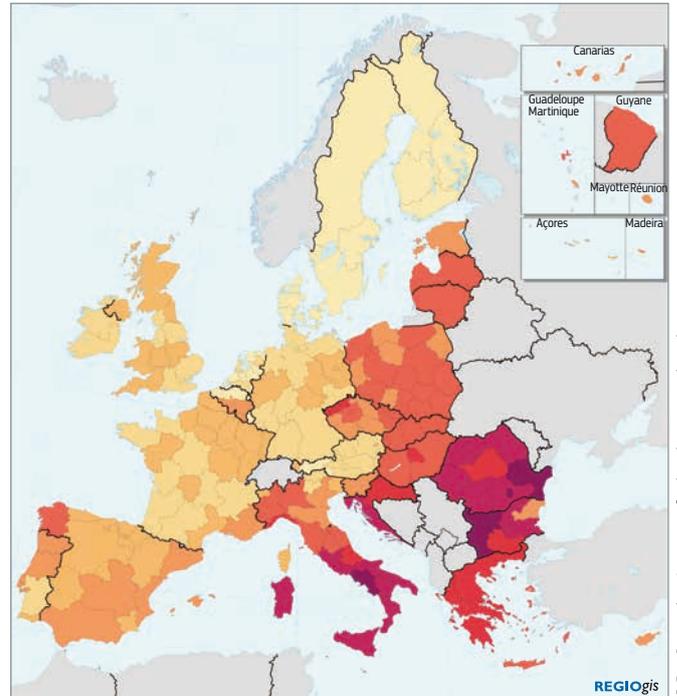
CONCENTRAÇÃO MÉDIA DIÁRIA (µg/m<sup>3</sup>)

- < 21
- 21 – 31
- 31 – 44
- 44 – 67
- > 67

POPULAÇÃO URBANA

- < 100000
- 100001 – 250000
- 250001 – 500000
- 500001 – 1000000
- 1000001 – 5000000
- > 5000000

Nota: Média registada por estações de medição dentro dos limites das cidades.  
Fonte: AEA, Comissão Europeia



© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

### ▶ ÍNDICE EUROPEU DE QUALIDADE DE GOVERNO, 2013

DESVIO PADRÃO, INTERVALO DE QUALIDADE FRACA (NEGATIVA) A QUALIDADE ELEVADA (POSITIVA)

- |                 |                 |               |
|-----------------|-----------------|---------------|
| ■ < -1,75       | ■ -0,75 – -0,25 | ■ 0,75 – 1,25 |
| ■ -1,75 – -1,25 | ■ -0,25 – 0,25  | ■ < 1,25      |
| ■ -1,25 – -0,75 | ■ 0,25 – 0,75   |               |

Fonte: ANTICORRP, baseado em dados do Banco Mundial e num inquérito de qualidade regional de governo, Charron, N. *et al.* (2014)

governos locais e regionais na UE são responsáveis por quase dois terços de todo o investimento público, o impacto nos mesmos foi substancial.

Estes cortes levaram a uma crescente dependência da política de coesão para financiar o investimento promotor do crescimento. Entre 2010 e 2012, o financiamento da política de coesão era equivalente a 21 % do investimento público na UE como um todo. No conjunto dos países da Coesão representava 57 % e mais de 75 % na Eslováquia, Hungria, Bulgária e Lituânia. Sem este financiamento, o investimento público nos Estados-Membros menos desenvolvidos teria entrado num declínio ainda mais acentuado.

### Apio ao emprego e às empresas

Existem evidências claras de que o financiamento da política de coesão produziu resultados tangíveis em muitas áreas importantes. Foi prestado apoio a mais de 60 000 projetos de I&D até ao final de 2012 e a mais de 21 500 projetos de cooperação entre empresas e centros de investigação.

Entre 2007 e 2012, a política ajudou até 68 milhões de indivíduos a participar em programas do mercado de trabalho, dos quais 35 milhões envolveram mulheres, 21 milhões de jovens, 22 milhões de desempregados e quase 27 milhões dos quais com baixos níveis de escolaridade (escolaridade obrigatória ou menos). A política ajudou 5,7 milhões de pessoas a encontrar emprego e quase 8,6 milhões a obter qualificações.

Além disso, os fundos proporcionaram acesso a banda larga a mais de 5 milhões de pessoas, acesso melhorado a água potável a 3,3 milhões, bem como saneamento básico e uma ligação a estações de tratamento de águas residuais a 5,5 milhões. Ainda se pode esperar mais resultados importantes dos programas de 2007-2013 ao longo dos meses restantes até ao final de 2015.

### Agravamento das disparidades

Apesar destes impactos e tendências positivos, as disparidades entre regiões de vários tipos diferentes continuam a ser grandes. Ao longo dos últimos cinco anos, as disparidades



► O Sexto Fórum sobre a Coesão decorreu em Bruxelas em setembro, subordinado ao tema «Investimento no emprego e crescimento: promover o desenvolvimento e a boa governação nas regiões e cidades da UE».

regionais nas taxas de emprego e desemprego aumentaram e as disparidades no PIB per capita deixaram de diminuir. Estes desenvolvimentos significam que as metas da Europa 2020 para o emprego e a pobreza estão significativamente mais longe do que o previsto, implicando a necessidade de um esforço substancial nos próximos anos para atingir estas metas num contexto de restrições orçamentais significativas.

## Impacto da crise económica

Os primeiros impactos da crise económica foram sentidos na construção e na indústria transformadora, onde o emprego caiu acentuadamente, como resultado do colapso da bolha imobiliária em determinados Estados-Membros e, na indústria transformadora, devido à diminuição da procura global.

Mais recentemente, os mercados mundiais expandiram e as exportações aumentaram, o que permitiu algum crescimento na indústria transformadora. Isto é particularmente importante para muitos dos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, onde a indústria transformadora representa uma quota maior do emprego e do valor acrescentado.

« O Relatório mostra claramente que a política de coesão tornou-se uma ferramenta moderna e flexível, direcionada para os diferentes desafios que os europeus enfrentam. É agora o braço de investimento da Europa: com capacidade de resposta em situação de crise, mas estratégico ao ponto de gerar crescimento e postos de trabalho tão necessários. De facto, os dias dos avultados subsídios para estradas e pontes estão a tornar-se uma coisa do passado, à medida que muitos Estados-Membros estão a diminuir as suas disparidades em infraestruturas. Os investimentos concentrados na inovação e no crescimento ecológico vão criar empregos bons e duradouros, impulsionando também a competitividade das nossas regiões. »

JOHANNES HAHN – COMISSÁRIO EUROPEU  
PARA A POLÍTICA REGIONAL

O impacto territorial da crise foi misto. Na maioria das zonas da UE, as regiões metropolitanas têm demonstrado ser mais propensas a altos e baixos, ao passo que as regiões rurais provaram ser mais resistentes.

Na UE-15<sup>(2)</sup>, as regiões metropolitanas de segunda dimensão demonstraram um desempenho médio, enquanto na UE-13<sup>(3)</sup> ultrapassaram as outras regiões. As regiões rurais na UE-15 sofreram uma redução inferior do PIB em relação às outras regiões entre 2008 e 2011, devido ao crescimento superior da produtividade. Além disso, na UE-13, o crescimento superior da produtividade traduziu-se na diminuição das diferenças de crescimento em relação às outras regiões.

## Investimento em I&D sustentado

Durante a crise económica, a I&D não diminuiu em relação ao PIB e começou mesmo a aumentar ligeiramente nos dois últimos anos, apesar de não ter alcançado a meta de 3% definida para 2020. A inovação, no entanto, permanece altamente concentrada em termos espaciais e não mostra indícios de se estender às regiões menos desenvolvidas.

(2) Os Estados-Membros da UE antes de 2004.

(3) A UE-12 mais a Croácia.

O investimento nos transportes e nas infraestruturas digitais reduziu as deficiências nestas redes em várias áreas rurais e regiões menos desenvolvidas. No entanto, o acesso à Internet através da tecnologia de última geração cria novos desafios para as áreas rurais, onde esta tecnologia quase não existe.

A crise económica levou a reduções importantes na UE em termos de comércio e investimento direto estrangeiro, que são fontes de crescimento importantes para os Estados-Membros menos desenvolvidos. Felizmente, as exportações da UE-13 para outros países da UE demonstraram uma recuperação significativa e, atualmente, representam uma quota maior do respetivo PIB do que antes da crise, ao mesmo tempo que o Investimento Direto Estrangeiro também aumentou.

A crise deitou por terra metade dos ganhos no emprego conseguidos entre 2000 e o início da recessão, particularmente nos Estados-Membros do sul. Por conseguinte, nas regiões em transição e nas menos desenvolvidas, as taxas de emprego estão cerca de 10% abaixo da meta nacional, em comparação com as regiões mais desenvolvidas, onde estão apenas 3% abaixo. O aumento do desemprego também foi superior nestas regiões, com uma média de 5% entre 2008 e 2013, face a 3% nas regiões mais desenvolvidas.

## Pobreza e exclusão social

O risco mais elevado de pobreza e exclusão social é outro legado da crise económica. Entre 2009 e 2012, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão aumentou em 9 milhões, tendo este aumento sido particularmente acentuado na Grécia, Espanha, Itália e Irlanda. Nos Estados-Membros menos desenvolvidos, o risco de pobreza tem tendência para ser muito menor nas cidades do que no resto do país, enquanto nas cidades dos Estados-Membros mais desenvolvidos acontece o contrário.

A crise tem tido diferentes repercussões no ambiente. A redução na atividade económica e no rendimento facilitou a redução das emissões de gases de efeito de estufa, apesar de a eficiência energética não ter aumentado significativamente, o que pode implicar que esta redução seja invertida quando a procura recuperar. Por conseguinte, serão necessários mais investimentos para atingir as metas de 2020.

## Impacto urbano

Apesar das cidades serem reconhecidas como motores de inovação e crescimento, têm sofrido mais durante a crise do que as outras regiões em termos de perdas no emprego. Os habitantes das cidades correm um risco mais elevado de pobreza e exclusão social em vários Estados-Membros.

A dimensão urbana do crescimento sustentável tem muitos contrastes. Por um lado, a qualidade do ar é fraca em várias cidades, sendo agravada pelo congestionamento de tráfego,

o que torna as cidades mais vulneráveis às ondas de calor, devido ao efeito da «ilha de calor», assim como às inundações, devido à proximidade, em muitos casos, de rios e do mar.

Por outro lado, as cidades oferecem vantagens importantes em termos de eficiência ecológica, uma vez que a proximidade entre os diferentes locais reduz a necessidade de percorrer grandes distâncias. Os transportes públicos também estão mais disponíveis nas cidades, constituindo um meio de deslocação com maior eficiência energética e, além disso, as pessoas que vivem na cidade utilizam, em média, menos energia para aquecer as casas.

## Governança

Embora os países no norte da Europa obtenham uma boa pontuação nos inquéritos de governança e facilidade de realização de negócios, ainda existem demasiados Estados-Membros onde o padrão das autoridades públicas é considerado baixo e um número significativo de pessoas denunciam o pagamento de subornos. Uma nova investigação revelou que a facilidade de realização de negócios e a qualidade das instituições também varia em muitos casos dentro dos próprios países, o que implica que possam ser necessárias intervenções mais direcionadas para regularizar a situação nas regiões menos desenvolvidas. A investigação indicou também que os problemas de governança podem atuar como um entrave para o desenvolvimento social e económico e limitar o impacto do investimento da política de coesão.

## Ênfase da Europa 2020

O anterior Relatório sobre a Coesão publicado em 2010 realçou a necessidade de os investimentos estarem mais alinhados com a Estratégia Europa 2020, com condições prévias mais rigorosas e resultados mais rastreáveis. Com a sua abordagem altamente estratégica, a presente política de coesão reformada para 2014-2020 teve como base estas recomendações. As novas regras e condições prévias para o financiamento vão garantir que o quadro macroeconómico e regulamentar correto esteja implementado, para que a política tenha um impacto ainda maior.

O 6.º Relatório demonstra que apesar de a crise económica recente ter contribuído para aumentar as disparidades de crescimento regionais, os valores e as projeções nacionais indicam uma inversão nesta tendência, em parte graças aos investimentos mais específicos da política de coesão.

# ▶ DADOS ABERTOS E A POLÍTICA DE COESÃO

## INCENTIVO À TRANSPARÊNCIA E AO DESEMPENHO

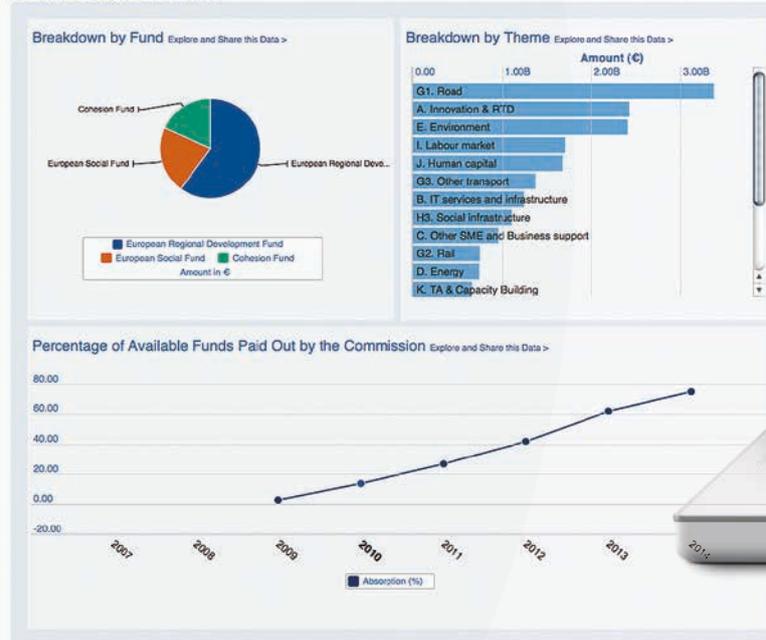
O que são os dados abertos? As autoridades públicas em todo o mundo produzem e recolhem grandes quantidades de dados. Os exemplos incluem estatísticas governamentais, informações orçamentais, registos parlamentares, dados geográficos, legislação e dados acerca de várias políticas. Nos últimos anos, muitos organismos públicos levaram a cabo iniciativas para divulgar os dados que detêm, de modo a promover a transparência e a responsabilização, bem como para gerar novos tipos de atividade económica.

### Política de coesão da UE e dados abertos

As disposições relativas a informações e comunicação para o período de financiamento de 2014-2020 incluem um requisito que prevê que as autoridades de gestão publiquem os detalhes dos beneficiários dos fundos da UE em formatos abertos e acessíveis<sup>(1)</sup>.

Além disso, a incidência reforçada nos resultados na política de coesão da UE reformada e o quadro de desempenho para os novos programas operacionais dependem fortemente da recolha e publicação de dados que dizem respeito ao progresso face às metas acordadas.

Available Budget 2007-2013



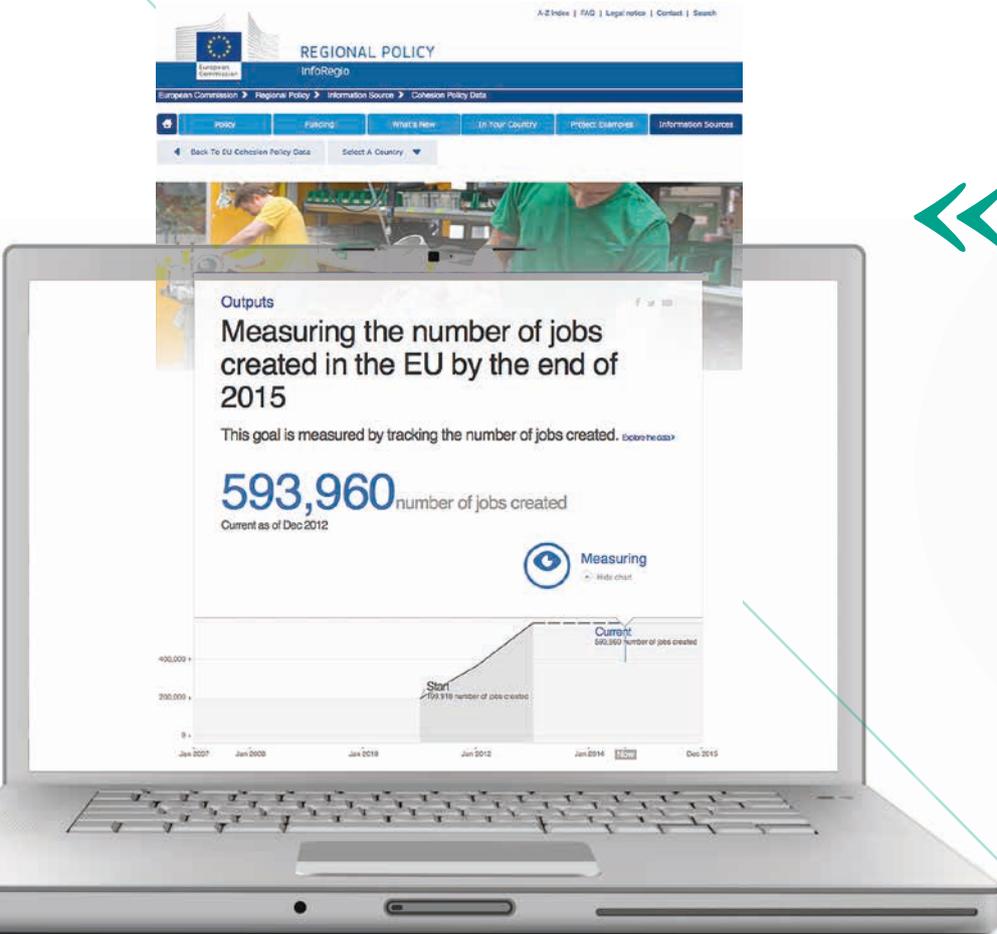
### A nova plataforma de dados abertos da política de coesão da UE

Em julho de 2014, a Comissão Europeia lançou uma plataforma de dados abertos que abre uma nova porta para o desempenho da política de coesão.

A plataforma disponibiliza informações acerca dos resultados obtidos em cada Estado-Membro, com base nos relatórios enviados à Comissão pelas autoridades nacionais. Mostra também como o financiamento é distribuído pelos países, as categorias de regiões, os diferentes fundos e uma discriminação por objetivo temático. A plataforma inclui uma série de mapas interativos com dados acerca do contexto socioeconómico e dos desafios específicos que as regiões europeias enfrentam, com base nos valores do *Sexto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial* da Comissão (ver artigo na página 8).

A plataforma de dados abertos da política de coesão da UE visa proporcionar uma experiência interativa e promover o envolvimento. Os utilizadores podem explorar os dados através de uma variedade de mapas e gráficos, criar as suas próprias visualizações, transferir conjuntos de dados em formatos diferentes, comentar e debater os dados apresentados na plataforma e dar a opinião. Também podem partilhar

(1) Artigo 115.º(2) da Regulamentação (UE) N.º 1303/2013, o Regulamento Disposições Comuns.



« A nossa reforma... irá permitir-nos reunir os resultados a nível europeu e irá fornecer-nos as informações necessárias para explicar de forma simples e convincente como a política está a fazer diferença. »»

JOHANNES HAHN – COMISSÁRIO EUROPEU PARA A POLÍTICA REGIONAL

conjuntos de dados através das redes sociais, assim como incorporar gráficos e diagramas nos seus próprios blogues ou Web sites. A plataforma proporciona aos utilizadores a possibilidade de subscrever atualizações quando forem publicados novos dados.

### O que se segue?

A plataforma de dados abertos da política de coesão da UE destina-se a promover o debate acerca do desempenho dos programas operacionais.

A plataforma foi apresentada durante o Sexto Fórum sobre a Coesão, que decorreu nos dias 8 e 9 de setembro em Bruxelas, e constituiu uma oportunidade importante para decisores e partes interessadas discutirem como o financiamento da política de coesão pode melhorar as perspetivas económicas e a qualidade de vida das pessoas na Europa. A edição de 2014 da OPEN DAYS, a Semana Europeia das Regiões e Cidades, também vai incluir uma forte componente relativa às estatísticas regionais, incluindo um workshop específico acerca da política de coesão e dos dados abertos. Este workshop vai também analisar a forma como as regiões e as cidades estão a utilizar os dados abertos para melhorar a prestação de serviços locais, bem como

para promover o envolvimento dos cidadãos na elaboração de políticas.

Os novos números dos resultados comunicados pelos Estados-Membros nos respetivos Relatórios Anuais de Execução de 2013 serão disponibilizados através da plataforma de dados abertos da política de coesão no outono de 2014. A Comissão também utilizará a plataforma para disponibilizar dados relativos ao processo de programação de 2014-2020 (dotações de verbas, metas e indicadores, etc.) assim que os novos programas operacionais sejam aprovados.

Explore este espaço e utilize as funcionalidades interativas na plataforma para partilhar, comentar e dar a sua opinião!

▶ SAIBA MAIS  
<https://coesiondata.ec.europa.eu/>

# ▶ ÊNFASE ECONÓMICA PARA O ACORDO DE PARCERIA GREGO

POLÍTICA DE COESÃO PARA APOIAR  
A RESTRUTURAÇÃO ECONÓMICA  
E AJUDAR A GERAR INVESTIMENTO  
PRIVADO



**A Grécia foi o terceiro país, depois da Dinamarca e da Alemanha, a ver o seu Acordo de Parceria (AP) dos ESIF aprovado pela Comissão, a 23 de maio de 2014. A Panorama conversou com George Yannoussis, Secretário Geral para Investimentos Públicos e ESIF desde agosto de 2012, com sede no Ministério do Desenvolvimento e Competitividade em Atenas. Os procedimentos de preparação e envio do AP provisório foram coordenados por George Yannoussis, sob a direção do antigo Ministro do Desenvolvimento, Kostis Hatzidakis.**

**Os procedimentos de preparação e envio do AP provisório foram coordenados por George Yannoussis, sob a direção do antigo Ministro do Desenvolvimento, Kostis Hatzidakis.**

▶ Quando é que a Grécia começou a preparar o seu AP? Como foi organizado o processo de preparação e quais foram os principais pontos fortes e pontos fracos do sistema?

O Ministério do Desenvolvimento e Competitividade e, particularmente, o Secretariado Geral para os Investimentos Públicos-QREN (SGIP-QREN) enquanto autoridade competente para a coordenação da preparação do novo AP, iniciaram e coordenaram o processo de consulta em conjunto com os decisores políticos nacionais e regionais, bem como os parceiros e as partes interessadas nos seus próprios domínios territoriais e temáticos.

O Ministério enviou Circulares (abril de 2012, março de 2013) para coordenar o processo de consulta e a elaboração do AP provisório. Os organismos competentes e todas as partes interessadas relevantes, a nível nacional, setorial e regional, trabalharam e tomaram decisões acerca das principais propostas estratégicas para o desenvolvimento do nosso país durante o novo período de programação. Ao mesmo tempo, organizou-se uma Conferência Nacional de Desenvolvimento, 13 Conferências Regionais e workshops relativos a Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) em cada região. Outros ministérios relevantes também organizaram as suas próprias Conferências de Desenvolvimento.

Durante um período de consulta intenso e profícuo, as principais questões que consideradas estiveram relacionadas com a identificação das necessidades de desenvolvimento ao nível setorial/regional, a análise das prioridades temáticas, os desafios territoriais e a aplicação dos princípios horizontais. Paralelamente a todo o processo de consulta, foram designados e utilizados relatórios de especialistas nos casos adequados.

▶ Até que ponto o AP grego é o resultado de uma parceria entre os principais intervenientes envolvidos (ministérios, regiões, cidades, empresas, académicos, ONG, etc.)?

Além da participação dos ministérios, das regiões e dos municípios, existe uma longa lista de entidades, organismos e organizações que participaram na consulta. Além disso, temos de ter em consideração que a consulta foi levada a cabo paralelamente pelos ministérios e regiões competentes, num âmbito

► Reabilitação da frente marítima em Salónica, a segunda maior cidade da Grécia.



► A Foundation for Research and Technology-Hellas (FORTH, Fundação para Investigação e Tecnologia – Hellas), situada em Heraclião, é um dos maiores centros de investigação na Grécia.



muito mais amplo de intervenientes, incluindo entidades supervisionadas por ministérios e regiões, ONG, organizações de desenvolvimento local, agências ambientais, parceiros sociais, estabelecimentos de ensino, representantes do setor empresarial, associações, organizações de investigação, etc.

O produto final do processo de consulta a este nível (por exemplo, utilização de questionários, conceção de Web sites de consulta e informações específicas, organização de reuniões de consulta e grupos temáticos, constituição de grupos de trabalho para planeamento dos novos PO, organização de dias informativos, etc.) foram as propostas enviadas ao Ministério do Desenvolvimento e Competitividade em nome dos ministérios e regiões, de acordo com as instruções indicadas através das Circulares do Ministério.

Consideramos que a consulta é um processo ininterrupto e contínuo e espera-se que tenha resultados significativos também nas áreas da implementação, acompanhamento e avaliação dos novos programas operacionais.

**► Como avaliaria o contributo dos serviços da Comissão durante as negociações do seu país?**

A Comissão implementou os seus serviços para fazer face aos desafios e à complexidade de preparação do AP. A Posição por Escrito emitida em novembro de 2013 impulsionou a reflexão sobre a organização das prioridades em grupos consistentes de objetivos e linhas de ação amplas. O auxílio prestado pelo pessoal da Comissão e pelos especialistas no sentido de incorporar os princípios e a metodologia de

«especialização inteligente» e «descoberta empresarial» ao nível nacional e regional tem sido deveras valioso e continua a sê-lo. As indicações e observações do pessoal da Comissão acerca das versões não oficiais do AP também foram bastante úteis. Finalmente, as 24 horas de negociações durante a semana passada, antes da aprovação oficial do AP, entre as autoridades nacionais e o pessoal competente da DG da Política Regional e Urbana, demonstraram a vontade mútua de produzir um documento comumente aceitável que seja compatível com as estratégias de ambas as partes.

Por outro lado, não podemos ignorar as disfunções que surgem das complexidades acumuladas das Regulamentações dos ESIF, das regulamentações do auxílio estatal, dos «modelos» a utilizar no envio do AP ou dos PO provisórios, bem como outras regras e Diretivas publicadas pela Comissão.

**► Até que ponto o trabalho de desenvolvimento do AP e dos PO era um exercício conjunto?**

O AP foi preparado pela Unidade Especial central para o Planeamento Estratégico e Avaliação de Programas de Desenvolvimento sob a direção do Secretário Geral e do Ministro, com o auxílio de alguns especialistas e consultores externos do Gabinete do Ministro. Os PO são preparados pelas autoridades de gestão: os sete PO nacionais estão confiados às autoridades de gestão dos ministérios competentes, consoante a área de intervenção de cada PO; os 13 PO regionais estão confiados às autoridades de gestão das regiões correspondentes. A preparação dos PO foi iniciada paralelamente com o AP, mas foi intensificada após

► A iniciativa «New Knowledge» (Novo Conhecimento) financiou 27 projetos de investigação e inovação nas áreas de TIC, agricultura, pescas, pecuária, biotecnologia alimentar, ambiente, energia, recursos hídricos, transportes, saúde e património cultural.



o esclarecimento das principais orientações e prioridades. O diálogo entre as autoridades de planeamento central e regional é contínuo, enquanto a Comissão participa em discussões acerca de questões específicas, como as RIS3, a política social ou trabalhos relacionados com o ambiente.

► **Como é a sua experiência de coordenar de perto o desenvolvimento de quatro fundos? De que forma estabeleceu uma abordagem coerente?**

A necessidade de combinar recursos financeiros a partir de mais de um fundo para projetos de desenvolvimento é essencial. Por exemplo, o investimento (FEDER) e a formação (FSE) seriam produtivamente combinados para apoiar a inovação e os planos de diversificação de empresas. O apoio às empresas agroalimentares requer a combinação de financiamentos do FEDER e do FEADER. No entanto, a Regulamentação e o «modelo» indicam que esta combinação tem de ser utilizada em casos excecionais e devidamente justificados. Os argumentos de demarcação são tão fortes como antes. Além disso, o pessoal da Comissão, bem como o pessoal nacional dos organismos de elaboração de políticas competentes privilegiam projetos em separado para cada fonte de financiamento por motivos de eficiência administrativa. Na prática, as autoridades evitam a utilização destas combinações por motivos de gestão.

Além destas práticas, a Comissão está a aconselhar a combinação de fundos do FEDER com fundos do Horizonte 2020 e da COSME. Não acreditamos que, se um projeto desses

vier a ser decidido, o seu funcionamento seja estável. Uma maior integração dos procedimentos ao nível da UE tem de ser cuidadosamente ponderada.

► **Até que ponto a política de coesão pode contribuir para o desenvolvimento económico da Grécia?**

A economia grega, em crise financeira desde 2008, tem sido obrigada a reduzir radicalmente a despesa pública, incluindo o financiamento de investimentos. Quase todos os fundos públicos investidos neste período e nos anos que se avizinharam são de origem europeia. O financiamento privado, que era baixo em comparação com a média da UE antes da crise, também está reduzido a níveis inaceitáveis. Por isso, os ESIF tornam-se extremamente importantes para a criação de riqueza na Grécia.

O desafio tem várias facetas: se no passado os Fundos Estruturais contribuíram bastante para o aumento da procura, no novo período a meta é a oferta, incluindo o crescimento das exportações. A reestruturação da economia é necessária para atingir esta meta e espera-se que os ESIF contribuam para este esforço. Além disso, conforme foi estimado por especialistas internacionais, para que o rendimento per capita grego em 2020 iguale o de 2008, o investimento total no país tem de ser até seis vezes o volume dos ESIF (ver quadro). Isto significa que os ESIF têm de desempenhar o papel de catalisadores do investimento privado. Isto também significa que os gastos do dinheiro Estrutural têm de acompanhar uma melhoria notória no cenário empresarial.

## POLÍTICA DE COESÃO PARA A GRÉCIA EM NÚMEROS

Dotação de verbas geral à Grécia por parte da política de coesão e de outros ESIF para o período de programação de 2014-2020

► EUR (preços atuais)

FEDER	► 8 165 716 613 €
FSE	► 3 690 994 020 €
Fundo de Coesão	► 3 247 019 502 €
Fundo de Coesão transferido para a Facilidade «Interligar a Europa» (FIE)	► 580 038 571 €
Cooperação Territorial Europeia	► 231 634 557 €
Iniciativa para o Emprego dos Jovens	► 171 517 029 €
Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD)	► 280 972 531 €
FEADER	► 4 223 960 793 €
FEAMP	► 388 777 914 €
<b>TOTAL</b>	<b>► 20 980 631 530 €</b>

### ► Que resultados espera da Grécia no final do período de sete anos?

Os resultados esperados estão expressos no documento do AP aprovado e serão posteriormente especificados nos indicadores de resultados dos PO. Podem ser resumidos em poucas palavras: **Em primeiro lugar**, enfrentar a pobreza causada pela crise (FSE principalmente para reconversão profissional, empreendedorismo social, etc.) e criar a base para um investimento produtivo saudável em setores de grande impacto no PIB e no emprego (isto é, agroalimentar, turismo, energias renováveis).

**Em segundo lugar**, apoiar iniciativas privadas nas indústrias de destaque na economia, preparando simultaneamente intervenções na inovação de crescimento elevado e em indústrias impulsionadas pelo conhecimento.

**Em terceiro lugar**, dar ênfase ao apoio ao empreendedorismo inovador e orientado para a exportação (isto é, cosmética e fármacos genéricos, TIC, investigação contratual). A especialização na promoção da inovação tem de ser combinada com o apoio a iniciativas empresariais mais estruturais, por parte dos inovadores locais e dos investidores internacionais. Para responder ao quadro regulamentar do auxílio estatal, o SGIP-QREN está a estudar os instrumentos financeiros mais adequados às diferentes circunstâncias dos investidores.

### ► Até que ponto tem estado em contacto com outros Estados-Membros que estão a preparar o seu próprio AP provisório?

A Grécia integrou a Presidência da União Europeia durante o primeiro semestre de 2014 e teve a oportunidade de trocar informações gerais com outros Estados-Membros. No entanto, a pressão do tempo e particularidades da economia nacional não permitiram muitas consultas com outros países em relação a questões específicas. A Comissão, nos seus esforços para contribuir para elaboração do AP provisório, disponibilizou informações acerca de práticas recomendadas de outros países, nomeadamente na área da concretização dos quadros de «condicionalidades».

### ► Que lições aprendeu com este exercício e o que faria de forma diferente, sabendo o que sabe hoje?

O planeamento para um novo período tem de ser organizado como um processo contínuo, incluindo as avaliações e apreciações genuínas de vários tipos, em vez de se concentrarem nos últimos dois anos a partir do fim do período de programação. Concretamente, as práticas de avaliação têm de ser revistas e os avaliadores devem adquirir conhecimentos das técnicas modernas, como análise comparativa, avaliações contrafactuais, modelos econométricos, etc. Os funcionários públicos, que preparam os termos de referência para esses estudos e que são responsáveis pela utilização dos respetivos resultados e recomendações, necessitam de formação sobre estas metodologias e técnicas.

Simultaneamente, os outros serviços e entidades de investigação (isto é, observatórios) têm de recolher informações e dados quantitativos acerca da evolução da concorrência global nos setores de interesse nacional ou regional que possam ajudar as PME a tomar decisões genuínas. O diálogo entre as partes interessadas, os especialistas e os funcionários públicos relevantes também tem de ser contínuo e baseado em dados concretos de desempenhos anteriores e de tendências futuras ou discontinuidades previstas. Um equilíbrio entre flexibilidade e precisão na definição de objetivos é essencial, mas, para conseguir isto, as atenções têm de passar do acompanhamento financeiro para o acompanhamento de projetos.

► SAIBA MAIS  
[www.ggea.gr/index\\_en.htm](http://www.ggea.gr/index_en.htm)



# ▶ CRESCIMENTO CONJUNTO – INVESTIMENTO INTELIGENTE NAS PESSOAS

OPEN DAYS 2014 – A 12.ª SEMANA EUROPEIA DAS REGIÕES E CIDADES

A edição de 2014 do OPEN DAYS, o fórum anual organizado conjuntamente pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana e pelo Comité das Regiões, decorre em Bruxelas de 6 a 9 de outubro sob o lema «Crescimento conjunto – Investimento inteligente nas pessoas».

No contexto dos esforços da Europa para promover a recuperação económica através da política de investimento da política de coesão e do desenvolvimento de Acordos de Parceria e programas operacionais por parte dos Estados-Membros, o OPEN DAYS 2014 será um fórum para debate e discussão ativos num vasto leque de matérias.

## Principais temas

O OPEN DAYS 2014 vai centrar-se em três temas primordiais.

A «**Interligação de estratégias regionais**» destaca as várias questões que estão na base da recuperação económica das regiões da Europa, nomeadamente: especialização inteligente, a agenda digital, apoio às PME, economia assente num baixo nível de emissões de carbono, formação e inclusão social, incentivo à inovação, modernização, inclusão social e desenvolvimento urbano.

O segmento de «**Reforço de capacidades**» centra as atenções no intercâmbio de práticas recomendadas e instrumentos na gestão de programas, nomeadamente, de engenharia financeira, procedimentos de contratos públicos e avaliação de impactos e de desempenho.

Na área da «**Cooperação territorial**», é analisada de perto a nova geração de programas pan-europeus: INTERREG, URBACT, ESPON, INTERACT, assim como os esforços para a cooperação internacional.

## Oradores de alto nível

A sessão de abertura de 6 outubro contará com várias intervenções importantes de oradores de alto nível, nomeadamente Johannes Hahn, Comissário Europeu responsável pela Política Regional e Michel Lebrun, Presidente do Comité das Regiões. Espera-se também a participação de Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu, e Graziano Delrio, Secretário de Estado do Primeiro Ministro de Itália, em nome da Presidência do Conselho da UE.

Esta sessão analisa os desafios e as oportunidades relacionados com o lançamento de um novo ciclo da política de coesão. O orador convidado Angel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, apresentará duas publicações emblemáticas: *As Perspetivas Regionais*, que serão lançadas no evento e um relatório acerca do *Bem-Estar Regional*.

## Reunião da REGI-COTER

A sessão inaugural é seguida de uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu e da Comissão de Política de Coesão Territorial (COTER) do Comité das Regiões. Esta sessão proporciona uma oportunidade de debate em torno do aproveitamento do pacote da política de coesão de 2014-2020 e respetivos novos instrumentos, como o Investimento Territorial Integrado (ITI) e o Desenvolvimento Local orientado para a Comunidade (DLOC). As atenções estarão viradas para a questão essencial de como assegurar que as autoridades locais e regionais têm a capacidade necessária para implementar os novos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE).

Esta sessão continuou nos três dias seguintes ao longo de cerca de 100 sessões de trabalho com «workshops» para intercâmbio de práticas recomendadas e formação entre profissionais, bem como «debates» que reúnem grupos de especialistas com ênfase num tópico específico.

## Programa Universidade

O extremamente bem sucedido programa Universidade OPEN DAYS apresenta novas investigações no desenvolvimento regional e urbano. O programa vai permitir que académicos, profissionais, representantes da UE e outros participantes interessados partilhem pontos de vista e testem novos conceitos académicos no domínio das políticas regionais e urbanas.

Este formato facilita a criação de ligações de trabalho em rede entre estudantes, académicos, instituições da UE e parceiros regionais, sensibilizando e atraindo estudantes e jovens investigadores para o tema da política de coesão da UE.

Foram organizados oito workshops com o apoio de alguns académicos e investigadores de renome no domínio da política de coesão da UE e em domínios políticos afins de diferentes países europeus.

## Master class

A Universidade OPEN DAYS recebe novamente este ano uma Master Class para doutorandos e investigadores em início de carreira no domínio da política regional e urbana. Organizada pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana e pelo Comité das Regiões em parceria com a Associação de Estudos Regionais, tem como objetivo melhorar a compreensão da política de coesão da UE e o seu potencial de investigação entre 30 estudantes e investigadores selecionados, provenientes de países da UE e de fora da UE.

## A Europa na minha região/cidade

Num esforço para aproximar o evento OPEN DAYS das partes interessadas locais e regionais, são organizados eventos locais por toda a Europa em torno das prioridades temáticas do OPEN DAYS 2014 sob o lema «A Europa na minha região/cidade».

Destinados ao público geral, potenciais beneficiários da política regional da UE, especialistas, académicos e à comunicação social, assumem uma variedade de formatos, tais como conferências, workshops, transmissões de rádio/TV ou exposições, conforme seja decidido pelos organizadores na região ou cidade local.

Espera-se que sejam realizados mais de 300 eventos locais entre setembro e novembro em toda a Europa, atraindo 80 a 90 000 cidadãos e especialistas.

## Cinema OPEN DAYS

Uma novidade deste ano é o «Cinema OPEN DAYS», que permitirá que os participantes vejam pequenos vídeos demonstrativos dos excelentes projetos financiados pelos Fundos EIE e as práticas recomendadas no desenvolvimento regional e urbano por essa Europa fora.

Também vão ser apresentados vários relatórios durante o OPEN DAYS, entre os quais se encontra o 6.º *Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial da Comissão Europeia*, a edição de 2014 do *Anuário Regional* do Eurostat e o Relatório sobre o *Bem-Estar Regional* da OCDE.



**SEGUIR O OPEN DAYS ONLINE**  
VÁRIOS SEMINÁRIOS VÃO SER TRANSMITIDOS PELA WEB

▶ SAIBA MAIS ACERCA DO WEB SITE DO OPEN DAYS  
[www.opendays.europa.eu](http://www.opendays.europa.eu)



# ▶ RUMO A UMA AGENDA URBANA DA UE

## TOMAR MEDIDAS PARA UMA MELHOR INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES URBANAS NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DA UE

Mais de dois terços dos cidadãos da UE vivem em cidades e vilas. Estes centros urbanos são influenciados por políticas e iniciativas da UE em cada vez mais áreas, como assuntos sociais, cultura, transportes, energia e ambiente. A Comissão iniciou o desenvolvimento de uma Agenda Urbana com a finalidade de integrar estas inúmeras políticas de forma mais estreita. O Fórum CITIES organizado em Bruxelas em fevereiro de 2014 levantou as questões de «porquê?», «o quê?» e «como?» relativas a uma agenda urbana da UE.



### Porquê uma agenda urbana?

Cerca de 72% da população total da UE – quase 360 milhões de pessoas – vive em cidades, vilas e subúrbios, sendo que se espera que este número aumente para mais de 80% até 2050. Estas áreas urbanas são um paradoxo: são o ambiente onde a economia cresce, mas são também onde se registam as maiores taxas de desemprego; a densidade permite formas de habitação e transporte com maior eficiência energética, mas também gera congestionamentos e poluição. Apela-se a uma abordagem integrada para enfrentar estes desafios complexos.

Já se fizeram progressos no sentido de integrar uma forte dimensão urbana na política de coesão reformada. Espera-se que mais de metade do orçamento da política de coesão para 2014-2020 seja investida em áreas urbanas e cerca de 330 milhões de euros foram especificamente reservados para ações inovadoras urbanas, de modo a dar resposta aos desafios do desenvolvimento urbano sustentável.

Estima-se que dois terços das políticas da UE tenham impacto nas cidades, pelo que é essencial que estas abordagens sejam bem coordenadas e apoiadas eficientemente pelos intervenientes relevantes a nível europeu, nacional, regional e local.

Reconhece-se que uma agenda urbana poderia ajudar a promover uma abordagem mais conjunta ao desenvolvimento urbano – por exemplo, ao garantir que as várias políticas que têm uma dimensão urbana não sejam consideradas separadamente. Também poderia melhorar a governação a vários níveis e a cooperação entre fronteiras administrativas. Além disso, o cumprimento dos objetivos centrais da estratégia Europa 2020 – crescimento inteligente,

sustentável e inclusivo – não podem ser conseguidos sem o envolvimento ativo das cidades da Europa.

Virtualmente, todas as partes interessadas concordaram que é necessária uma agenda urbana europeia, incluindo o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu, assim como as associações das cidades. Em que consistirá efetivamente esta agenda é a questão essencial.

### O que deve ser a agenda da UE?

Algumas partes interessadas veem uma agenda urbana da UE como um quadro orientador de ações – isto é, para dar coerência a uma diversidade de iniciativas e políticas; para atribuir funções claras às autoridades europeias, nacionais, regionais e locais, bem como para ser utilizada pelas cidades na implementação das respetivas políticas e planos locais.

Outras realçam que uma agenda urbana da UE deve, primeiramente, ser um instrumento para envolver as cidades e os seus líderes políticos na elaboração e implementação de políticas da UE – «uma agenda para, com e entre cidades» – com especial ênfase na Europa 2020.

É crucial que a agenda não seja vista como uma substituição por parte da UE dos governos nacionais, mas mais como um reforço do foco urbano dentro das várias iniciativas de desenvolvimento urbano ao nível dos Estados-Membros. As cidades da Europa têm potenciais diferentes e enfrentam desafios diferentes. Uma agenda urbana tem de reconhecer e fomentar estes recursos únicos.



►Biblioteca ao ar livre em Magdeburgo, Alemanha.

## DIMENSÃO URBANA DAS POLÍTICAS DA UE

Várias políticas da UE incluem iniciativas orientadas para as cidades, como principais intervenientes, ou as áreas urbanas, como locais para a respetiva implementação, como a energia ou a ação climática (**O Pacto de Autarcas**), os transportes e a agenda digital (**Iniciativa Cidades e Comunidades Inteligentes**). Também existem exemplos de elevado perfil nas áreas da cultura e do ambiente. Lançado pela Comissão em 2008, o **Prémio Capital Verde da Europa** promove as cidades que têm um registo consistente de respeito por padrões ambientais elevados. Proporciona um modelo para inspirar outras cidades e promover práticas recomendadas e experiências. Mais de 25 anos depois da sua criação, o programa **Capital Europeia da Cultura** destaca-se como uma das iniciativas urbanas mais famosas da UE.

### ►SAIBA MAIS ACERCA DA DIMENSÃO URBANA DAS POLÍTICAS DA UE:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/urban/portal/index\\_en.cfm?smenu\\_mapping\\_id=1](http://ec.europa.eu/regional_policy/urban/portal/index_en.cfm?smenu_mapping_id=1)



►Planos para a restauração do Rio Batán como um corredor ecológico urbano em Vitoria-Gasteiz, Espanha.

« Da poluição à pobreza, do desemprego à energia, não conseguimos enfrentar os desafios da Europa nem cumprir as suas metas se não combatermos estes problemas nas cidades da Europa. Uma agenda urbana da UE tem de respeitar a subsidiariedade – mas onde pudermos melhorar as políticas da UE ao reforçar a dimensão urbana, devemos fazê-lo, assim como conceder às cidades da Europa um papel de maior destaque como parceiras da UE. »

JOHANNES HAHN – COMISSÁRIO EUROPEU  
PARA A POLÍTICA REGIONAL

### Uma agenda urbana da UE: Como?

O Fórum CITIES 2014 – «Cidades de Amanhã: investir na Europa» – propôs várias formas possíveis de implementação de uma futura agenda urbana da UE, tais como:

- coordenação reforçada das políticas da UE com impacto direto ou indireto nas cidades– por exemplo, uma plataforma de coordenação da Europa 2020 urbana, avaliação de impactos urbanos, etc.;
- melhor articulação e coerência entre a elaboração de políticas ao nível local, nacional e da UE – por exemplo, uma função reforçada atribuída à cooperação intergovernamental para o desenvolvimento urbano;
- base de conhecimento, trabalho em rede e aprendizagem reforçados e mais coordenados.

Visando uma maior abertura na discussão destes tópicos, a Comissão emitiu uma Comunicação intitulada *A Dimensão Urbana das Políticas da UE – principais características de uma Agenda Urbana da UE*. Esta Comunicação procurava opiniões em seis questões principais.

Em setembro, a Comissão apresentou um resumo inicial destas opiniões numa conferência em Roma, organizada pela Presidência italiana do Conselho da União Europeia. A discussão iniciada está a abrir o caminho para dar forma a uma agenda urbana da UE.

### ►SAIBA MAIS

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/consultation/urb\\_agenda/pdf/comm\\_act\\_urb\\_agenda\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/urb_agenda/pdf/comm_act_urb_agenda_pt.pdf)

# ▶ GRANDES PROJETOS COM UM GRANDE IMPACTO

## ▼ VIDIN/BULGÁRIA - CALAFAT/ROMÉNIA

### Ponte de Calafat que liga a Bulgária e a Roménia

Ao permitir o tráfego rodoviário e ferroviário entre Vidin (Bulgária) e Calafat (Roménia) desde que foi inaugurada em 2013, a ponte representa uma ligação essencial numa via prioritária importante da rede transeuropeia de transportes. A nova ponte tem 1,4 km de comprimento e promove soluções logísticas fluviais/rodoviárias/ferroviárias combinadas e amigas do ambiente. Elimina um grande ponto de engarrafamento do transporte internacional de longa distância para a Roménia e a Europa Central, garantindo uma melhor integração das redes rodoviárias e ferroviárias búlgaras com as redes de transportes pan-europeias – ligando a Alemanha à Grécia e à Turquia.

Custo total:  
226 000 000 EUR  
Contribuição da UE:  
70 000 000 EUR

Já alguma vez pensou o que é que têm em comum uma ponte sobre o Rio Danúbio, um laboratório de investigação em França, um parque eólico na Polónia e uma bilhética eletrónica em transportes públicos na Grécia? Todos eles são «grandes projetos» cofinanciados pelos fundos regionais da UE – o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão.

Os grandes projetos compreendem projetos de infraestruturas de grande dimensão nas áreas dos transportes, ambiente e outros setores, tais como a cultura, a educação, a energia ou as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Dizem também respeito a grandes investimentos produtivos e a projetos de investigação e desenvolvimento. Os grandes projetos são uma ferramenta importante para melhorar a vida dos cidadãos da Europa e os quatro projetos mencionados abaixo são bons exemplos disso. Vão continuar a ser um mecanismo de execução essencial para programas operacionais no período de 2014-2020.

## Menos grandes projetos em 2014-2020

Os limites para os grandes projetos estarão associados aos custos elegíveis e serão fixados em 50 milhões de euros em setores não relacionados com os transportes, tendo sido aumentados para 75 milhões de euros para projetos de infraestruturas de transportes/energia. Isto resultará em menos grandes projetos, permitindo à Comissão concentrar-se nos projetos financeiramente mais importantes, que consomem as maiores contribuições dos fundos da UE.



Custo total:  
96 500 000 EUR  
Contribuição da UE:  
28 000 000 EUR

## ▼ NANCY/FRANÇA

### Um centro de excelência para novos materiais e nanotecnologias na Lorena, França

O Instituto Jean Lamour (IJL), em Nancy, alberga até 450 investigadores profissionais e 180 estudantes em 16 500 m<sup>2</sup> de espaço de investigação e laboratorial, onde se trabalham materiais e nanotecnologias. O IJL trata da investigação básica (aumentando o potencial e a visibilidade, a formação e a transferência de tecnologia) e procura promover ligações entre investigação básica e aplicada, entre os setores públicos e os privados e entre os laboratórios e as empresas. O projeto deverá criar 185 empregos a tempo inteiro e levar à criação de seis empresas em fase de arranque.

**ATENAS/GRÉCIA**

**Bilhética eletrónica em transportes públicos na área metropolitana de Atenas**

Aprovado em 2013, o projeto foi identificado pelas autoridades gregas – em cooperação com a Comissão – como vital para a qualidade de vida e o bem-estar dos seus cidadãos, proporcionando-lhes condições de deslocação urbana mais eficientes e modernas. O financiamento vai estabelecer um Sistema Automático de Cobrança, que inclui as redes do metro, das ferrovias urbanas/suburbanas, dos autocarros e dos elétricos. O investimento também vai fornecer novo equipamento de validação e inspeção, portas de entrada/saída modernas no sistema de metro e melhorar a eficiência operacional e dos sistemas de gestão. O programa de modernização vai facilitar a utilização dos transportes públicos pelos habitantes de Atenas, bem como pelos seus visitantes e turistas.



Custo total:  
91 000 000 EUR  
Contribuição da UE:  
29 500 000 EUR

**Avaliação simplificada**

Com a ajuda da iniciativa Assistência Conjunta de Apoio a Projetos nas Regiões Europeias (JASPERS), a Comissão vai continuar a envolver especialistas no local para apoiar os Estados-Membros e os beneficiários, de modo a garantir que os projetos são adequadamente preparados para que respondam da melhor forma às áreas necessitadas.

Os Estados-Membros podem escolher entre dois procedimentos para enviar um grande projeto à Comissão:

- ▶ notificar a Comissão quando um projeto for positivamente revisto por especialistas independentes (JASPERS); nessa base, a Comissão procede a uma verificação de qualidade mais ligeira;
- ▶ enviar o projeto diretamente à Comissão, que o vai avaliar para determinar se a contribuição financeira solicitada se justifica.

A entrega atempada dos projetos sempre foi um motivo de preocupação. Por isso, a aprovação pela Comissão ficará condicionada aos trabalhos que sejam iniciados num período de três anos após a decisão. Isto reduz o prolema dos «projetos fantasma» que têm grandes dificuldades em sair do papel.

**GOLICE/POLÓNIA**

**O primeiro parque eólico da Polónia**

O primeiro parque eólico da Polónia – situado na região de Lubúsquia – ajuda o país a cumprir as suas metas para as alterações climáticas e a beneficiar mais de um milhão de cidadãos. O projeto envolve a construção de 19 turbinas, adaptadas para funcionarem com ventos de fraca intensidade e as pás do rotor ajustáveis, consoante as condições do vento, permitem um equilíbrio entre produção máxima de energia e níveis mínimos de ruído. Isto deverá permitir um fornecimento de eletricidade melhorado, bem como uma poluição atmosférica ajudar para os habitantes da zona. O projeto também deverá ajudar a criar cerca de 600 postos de trabalho diretos e indiretos.



Custo total:  
56 000 000 EUR  
Contribuição da UE:  
10 000 000 EUR

**Melhor focalização estratégica**

Os grandes projetos estarão mais ligados a estratégias e a lista de grandes projetos nos programas operacionais (PO) deve refletir um sistema real de projetos. A lista pode ser revista pelos comités de monitorização de PO, de modo a permitir ajustes flexíveis, mantendo ao mesmo tempo a focalização estratégica de cada projeto. Em várias áreas (como os transportes), os grandes projetos estarão intimamente ligados a condicionalidades *ex ante* (por exemplo, plano diretor abrangente para os transportes).

Até junho de 2014, a Comissão tinha aprovado cerca de 707 grandes projetos para todo o período de programação de 2007-2013, que representa um investimento total de 151,7 mil milhões de euros. Estes projetos representam uma contribuição total da UE de 74,4 mil milhões de euros, o que significa que 1 euro de financiamento da UE gerou mais 1 euro de co-financiamento de outras fontes públicas e privadas.

**▶ SAIBA MAIS**

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/projects/major\\_projects/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/projects/major_projects/index_pt.cfm)

# ▶ UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA CONCRETIZAR A POLÍTICA DE COESÃO

**A utilização crescente de instrumentos financeiros (IF) na política de coesão tem permitido apoiar, principalmente, pequenas e médias empresas (PME). Esta forma de execução tem demonstrado que fomenta o desenvolvimento económico, o crescimento e o emprego.**

Os instrumentos financeiros assumem diversas formas, incluindo empréstimos, garantias de empréstimos, capitais próprios, capitais de risco e microfinanciamento. Durante 2007-2013, ocorreu uma mudança significativa em relação à utilização de IF nos programas da política de coesão. O montante estimado atribuído pelos Fundos Estruturais aos capitais de risco, aos fundos de empréstimos e de garantias aumentaram de 0,57 mil milhões de euros em 1994-1999 para 8,36 mil milhões de euros em 2007-2013.

Um objetivo central para 2014-2020 é tirar partido de mais investimentos ao fazer um maior uso de IF. Tanto os quadros de políticas do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) como dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF)

## BENEFÍCIOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- ▶ Aproveitamento dos recursos do setor público e aumento do impacto dos programas de ESIF.
- ▶ Ganhos na eficiência e eficácia, devido à natureza rotativa dos fundos, que se mantêm na área do programa para utilização futura e para objetivos semelhantes.
- ▶ Melhor qualidade dos projetos, pois os investimentos têm de ser reembolsados.
- ▶ Acesso a um espetro mais amplo de ferramentas financeiras para a concretização de políticas e o envolvimento e a especialização do setor privado.
- ▶ Afastamento da cultura de «dependência de subvenções».
- ▶ Atração do apoio (e financiamento) do setor privado para cumprir os objetivos da política pública com maior eficiência.

## A INICIATIVA PME

Ao utilizar de forma parcial contribuições do FEDER e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural em conjunto com algumas dotações da COSME e do Horizonte 2020, a iniciativa PME oferece dois produtos principais:

- ▶ garantias ilimitadas que proporcionem uma dedução de capitais para carteiras de novos empréstimos a PME;
- ▶ titularização de carteiras de financiamento de dívidas novas ou existentes.

Todos os elementos necessários para a sua implementação já se encontram em vigor, incluindo uma avaliação *ex ante*, levada a cabo pela CE, em estreita cooperação com o Grupo BEI. Atualmente, apenas Espanha e Malta confirmaram a participação, mas outros Estados-Membros podem ainda optar por aderir assim que a iniciativa esteja em pleno funcionamento.

realçam a necessidade de uma maior utilização de IF, designadamente num contexto de contenção fiscal. Os números exatos para 2014-2020 ainda estão por determinar – mas pode esperar-se um aumento geral no montante de contribuições dos ESIF para IF.

## Um quadro legislativo flexível

A experiência mostra que, para concretizar a política de coesão, é necessário um quadro legislativo abrangente e o desenvolvimento de capacidades para quem trabalha com IF. Equilibrar os objetivos do setor privado relativos à maximização dos retornos financeiros sobre o investimento com os objetivos da política regional de contribuir para o crescimento e o emprego em determinados Estados-Membros e regiões pode constituir um desafio.

A legislação da política de coesão para 2014-2020 inclui, assim, uma secção dedicada aos IF e confere flexibilidade aos Estados-Membros e às regiões. Alarga o âmbito dos IF a todos os objetivos temáticos e oferece uma série de opções de implementação.



## FI-TAP – DOIS TIPOS DE SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO

▶ **HORIZONTAIS:** disponíveis para todos os Estados-Membros e para todos os tipos de instrumentos financeiros. Serão iniciados e financiados pela Comissão (descendente). As atividades incluirão, normalmente, o intercâmbio de práticas recomendadas e trabalho em rede por todos os Estados-Membros, bem como formação em temas comuns, como avaliações *ex ante*, contratos públicos, aspetos regulamentares relativos às políticas de ESIF e auxílio estatal.

▶ **MULTIRREGIONAIS:** iniciados pelas partes interessadas para benefício de mais de duas autoridades de gestão, num número mínimo de dois Estados-Membros (ascendente). Serão pagos pela CE, mediante a apresentação de propostas. As atividades incluirão, normalmente, o apoio ao desenvolvimento de IF destinados a objetivos de desenvolvimento ou falha(s) no mercado que sejam partilhados pelas regiões candidatas (por exemplo, intervenções para eficiência energética habitacional nos países da Europa Central e Oriental ou iniciativas transfronteiriças).

▶ A sala de montagem na Binder and Co. AG., Eco World Styria Green Tech Valley, Áustria.

### Otimização da entrega de IF

Tem-se prestado particular atenção ao âmbito da utilização do financiamento da política de coesão no apoio às PME. Os instrumentos de gestão partilhados constituem uma opção para melhorar o acesso das PME ao financiamento e o novo quadro legislativo oferece uma série de opções às autoridades de gestão. Além dos instrumentos personalizados já possíveis em 2007-2013, as autoridades de gestão poderão recorrer aos chamados instrumentos padronizados: conjuntos de condições padrão para diferentes produtos, incluindo um instrumento de empréstimo com participação nos riscos para PME, um instrumento de garantia para PME e um instrumento de equidade para PME. Outra possibilidade é as autoridades de gestão implementarem empréstimos ou garantias diretamente ou através de um organismo intermediário.

A Comissão, em cooperação com o Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e algumas instituições financeiras nacionais, está a desenvolver IF para a implementação dos recursos do orçamento da UE geridos centralmente pela Comissão (por exemplo, COSME, FIE), incluindo para apoio às SME. Um deles é a Iniciativa PME, concebida para a implementação rápida, de modo a melhorar o acesso ao financiamento para as PME. Nos casos em que as autoridades de gestão de programas de ESIF contribuem para esses instrumentos ao nível da UE, os ESIF iriam financiar 100% dessas contribuições.

### Cooperação com o Grupo BEI e outras instituições financeiras internacionais

Esta cooperação ajudará a otimizar o fornecimento de IF e os serviços de auxílio e aconselhamento serão prestados como um serviço consolidado que abrange todos os Fundos EIE.

A **Plataforma de Aconselhamento Técnico para Instrumentos Financeiros (FI-TAP)** será uma ferramenta consolidada para prestar apoio às autoridades de gestão e a outras partes interessadas, que abrange todos os Fundos EIE e objetivos temáticos (ver caixa).

A FI-TAP é uma iniciativa conjunta entre as Direções-Gerais para a Política Regional e Urbana, Agricultura, Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e os Assuntos Marítimos e as Pescas. A sua implementação vai envolver o Grupo BEI e instituições financeiras internacionais e nacionais. A conferência sobre a FI-TAP e os instrumentos financeiros apoiados pelos ESIF realizar-se-á em janeiro de 2015 com cerca de 400 participantes, entre os quais autoridades de gestão e outras partes interessadas.

#### ▶ SAIBA MAIS

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/thefunds/fin\\_inst/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/fin_inst/index_en.cfm)



# ▶ FUNDO SOCIAL EUROPEU 2014-2020

MAIS DO QUE APENAS A DIMENSÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE COESÃO

Nesta edição, a *Panorama* concentra-se no Fundo Social Europeu (FSE), um dos cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE), juntamente com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Os Fundos EIE são os principais fundos da UE para o período 2014-2020 para apoiar o crescimento e o emprego na UE.

O Fundo Social Europeu (FSE) desempenha um papel fundamental no apoio ao investimento no capital humano dos Estados-Membros da UE e, por conseguinte, no reforço da competitividade da economia europeia à medida que esta for saindo da crise. Todos os anos, o FSE dá apoio a mais de 15 milhões de pessoas, ajudando-as a atualizar as suas competências, facilitando a sua integração no mercado de trabalho, mas também combatendo a exclusão social e a pobreza e melhorando a eficiência da administração pública.

Durante o período de 2014-2020, o FSE será instrumental na ajuda aos Estados-Membros para aplicar reformas estruturais às suas políticas orientadas para o mercado de

## FAZER A DIFERENÇA PARA MILHÕES DE PESSOAS

Só durante 2007-2012, mais de 68 milhões de cidadãos e residentes da UE participaram em iniciativas apoiadas pelo FSE. Concretamente:

- ▶ uma em cada cinco pessoas encontrou trabalho num espaço de seis meses após a conclusão da participação;
- ▶ foram obtidas cerca de 8,6 milhões de qualificações;
- ▶ quase 550 000 pessoas criaram uma empresa, quer através de novas empresas em fase de arranque, quer através de autoemprego;
- ▶ as mulheres representam 52 % da participação geral nestas iniciativas, os jovens mais de 31 % (21 milhões), as pessoas mais velhas (entre 55 e 64 anos) mais de 4 milhões e os desempregados mais de 22 milhões.

Ao considerar estes resultados, é necessário ter em conta que o período de programação começou numa época de emprego em crescimento, de vagas não preenchidas e de prosperidade em ascensão, mas a crise económica alterou este ambiente para um cenário de desemprego, exclusão social e despesa pública reduzida. A adaptabilidade e flexibilidade da programação do FSE em vários Estados-Membros permitiu que mais recursos fossem canalizados para as áreas onde podem dar um maior contributo para mitigar os impactos da crise e apoiar a recuperação – por exemplo, ao aumentar o número de novas empresas e os novos empregos daí resultantes. O financiamento do FSE provou ser um complemento valioso para os financiamentos e programas nacionais, permitindo-lhes tomar mais medidas e melhorar a sua intensidade e qualidade.



trabalho, inclusão social, educação e emprego, capacidade institucional e reforma da administração pública. Estas reformas acompanham as prioridades e recomendações da UE nesta área. Os investimentos contribuirão para os objetivos da Europa 2020 ao melhorar a base de competências da força de trabalho europeia e ajudar milhões de cidadãos a melhorar as suas oportunidades no mercado de trabalho, a encontrar emprego ou a manter o emprego. Mais importante ainda, os projetos apoiados pelo FSE visam frequentemente aqueles que são mais difíceis de alcançar e, por vezes, não recebem apoio suficiente por parte dos sistemas nacionais.

Por estes motivos, foi definida uma quota mínima para o FSE pela primeira vez na história da política de coesão. Durante 2014-2020, as dotações do FSE vão constituir, pelo menos, 23,1% (mais de 80 mil milhões de euros) do orçamento da política de coesão, colocando um ponto final na diminuição gradual da quota do FSE ao longo dos últimos 25 anos.

A concentração do financiamento para obter resultados será crucial no período de 2014-2020: o FSE concentrará as suas intervenções num número limitado de prioridades, de modo a garantir uma massa crítica de financiamento suficientemente

elevada para causar um impacto real. As áreas reais de investimento são acordadas segundo os desafios e as necessidades de cada país ou região, em harmonia com as recomendações políticas do processo do semestre europeu <sup>(1)</sup>.

### Quatro objetivos temáticos

Em toda a UE, o FSE apoia milhares de projetos para **promover o emprego sustentável e de qualidade e apoiar a mobilidade laboral**. Estas iniciativas procuram colocar mais pessoas em empregos melhores, com especial atenção nas pessoas à procura de emprego e pessoas inativas, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas excluídas do mercado de trabalho. A integração dos jovens no mercado de trabalho é um ponto de relevo (ver caixa) e o FSE continua o seu excelente historial no fomento do autoemprego, do empreendedorismo e da criação de empresas.

(1) O ciclo anual da coordenação da política macroeconómica, orçamental e estrutural, para monitorizar o progresso na implementação da Estratégia Europa 2020.

## ▶ TORNAR-SE ECOLÓGICO EM ESPANHA

O programa EmpleaVerde, ou «Empregos verdes», liderado pela Fundación Biodiversidad do Ministério do Ambiente e dos Assuntos Rurais e Marítimos de Espanha, é uma iniciativa para promover o emprego e preservar o ambiente. O programa gere mais de 80 projetos em Espanha e visa apoiar mais de 28000 pessoas e criar 1000 novos empregos e PME ecológicos no futuro. Recentemente, os jovens tornaram-se um grupo-alvo de destaque para estas atividades.

▶ Saiba mais:

<http://fundacion-biodiversidad.com/es/inicio/emplea-verde>

Duração do projeto:  
2007-2014  
Orçamento total:  
17 100 000 EUR  
Contribuição do FSE:  
12 700 000 EUR



O FSE também prepara a força de trabalho da Europa para fazer face às necessidades em mutação da economia. Os programas ajudam as pessoas a tirar o máximo partido das novas oportunidades numa economia mais ecológica e de orientação digital. A modernização dos serviços de emprego públicos e privados complementa todos estes esforços.

Em cada país, pelo menos 20% do FSE será reservado à **inclusão social e ao combate à pobreza e à discriminação**. Isto ajudará as pessoas em dificuldades e aqueles que pertencem a grupos desfavorecidos a obter competências e empregos, de modo a terem as mesmas oportunidades do que os outros para se integrarem no mercado de trabalho. Uma prioridade importante é a integração socioeconómica de grupos marginalizados, como os ciganos. Através destas iniciativas, o FSE pode contribuir significativamente para o objetivo da UE de reduzir o número de pessoas em situação de pobreza.

Os investimentos do FSE na **educação, formação e formação profissional para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida** abrangem um vasto leque de atividades. Estão a ajudar a melhorar o desempenho em todo o setor educativo, das escolas às universidades. Os objetivos são, designadamente, proporcionar um acesso equitativo a uma educação de boa qualidade, reduzir o abandono escolar e aumentar os níveis de participação e habilitação escolar, especialmente nos grupos desfavorecidos. As medidas apoiadas pelo FSE também visam melhorar a relevância dos sistemas de ensino e formação para o mercado de trabalho e facilitar a transição da escola para o mundo do trabalho.

## CRIAR OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS

Ajudar os jovens a encontrar emprego tornou-se uma prioridade central para a UE e o apoio adicional é prestado através da Iniciativa para o Emprego dos Jovens. Este novo instrumento disponibiliza, pelo menos, 6,4 mil milhões de euros às regiões da UE com maiores dificuldades de desemprego e inatividade dos jovens. A Iniciativa para o Emprego dos Jovens concentra-se nos jovens com menos de 25 anos<sup>(2)</sup> que não têm Emprego, Educação ou Formação (NEET) e nas regiões com taxas de desemprego jovem acima de 25%. Procura certificar-se de que nessas regiões, onde os desafios são mais acentuados, o nível de apoio por jovem é suficiente para fazer realmente a diferença.

A Iniciativa para o Emprego dos Jovens amplificará o apoio prestado pelo FSE para a implementação da Garantia para a Juventude – que procura assegurar que todos os jovens recebem ofertas de emprego de boa qualidade, educação contínua, uma aprendizagem ou um estágio num período de quatro meses após terminarem o ensino formal ou ficarem desempregados. Paralelamente, o FSE está a disponibilizar financiamentos importantes para as reformas estruturais e os investimentos de longo prazo na área do emprego jovem.

(2) A Iniciativa para o Emprego dos Jovens contemplará pessoas com menos de 30 anos se um Estado-Membro considerar necessário.

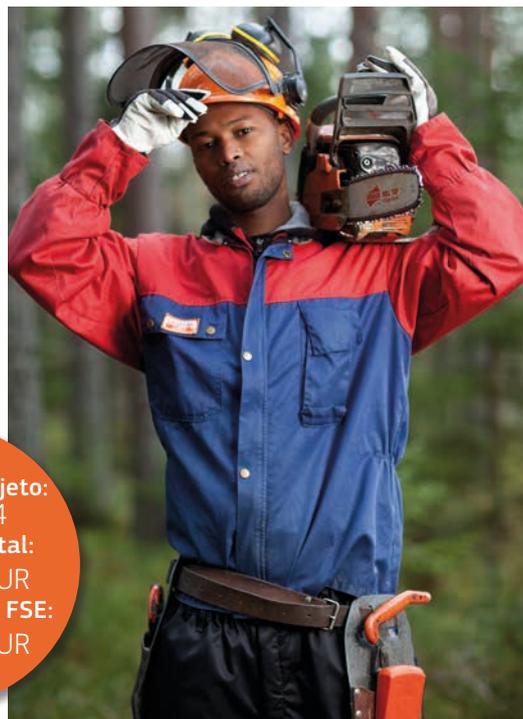


## ▶INSERIR OS JOVENS MARGINALIZADOS NO MERCADO DE TRABALHO

O programa «Juventude ao Trabalho» em Dalarna, Suécia, conseguiu que 80% dos jovens desempregados marginalizados frequentassem os seus cursos profissionais, universitários ou que se registassem em centros de emprego. Cerca de 2 500 jovens dos 18 aos 24 anos participaram nos cursos do projeto e beneficiaram de oportunidades de experiência profissional desde 2010. Noventa por cento seguiu o programa até ao fim, tendo recebido aconselhamento e consultoria sobre questões de estilo de vida, por exemplo, como passar o tempo livre, gerir as finanças pessoais, encontrar uma casa adequada e criar relacionamentos.

▶Saiba mais:  
[www.regiondalarna.se](http://www.regiondalarna.se)

Duração do projeto:  
2010-2014  
Orçamento total:  
7 600 000 EUR  
Contribuição do FSE:  
3 000 000 EUR



Em vários países, a melhoria dos sistemas de aprendizagem ao longo da vida e formação profissional também é apoiada, com vista a atualizar os conhecimentos, as aptidões e as competências da força de trabalho e a promover percursos de aprendizagem flexíveis. Não menos importante, o FSE está a ajudar as universidades e as instituições de formação profissional a criar relações mais próximas com as empresas e as entidades empregadoras nos seus países e regiões.

A redução das cargas regulamentares e administrativas e a promoção de elevados padrões de transparência, eficiência e responsabilidade na administração pública ajudam a aumentar a produtividade, a reforçar a competitividade e, em última análise, a criar emprego. Embora os desafios económicos contínuos impliquem frequentemente a disponibilização de menos recursos para atividades administrativas, a boa governação e a segurança jurídica continuam a ser pontos centrais para o crescimento económico.

Ao dar apoio à inovação organizacional e tecnológica através da melhoria dos sistemas, estruturas e processos, recursos humanos e prestação de serviços, o FSE representa uma contribuição europeia concreta, que melhora a **capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas, bem como da administração pública eficiente.**

## Trabalhar em parceria rumo a resultados concretos

O FSE tem sido tradicionalmente implementado num espírito de cooperação alargada. Os conhecimentos e o saber-fazer dos intervenientes locais ou de organizações e organismos de setores específicos sempre foram essenciais para alcançar o êxito. Com o código de conduta europeu para a parceria, a incidência nas parcerias é cada vez mais forte e o FSE será implementado em estreita cooperação entre autoridades públicas, parceiros sociais e organismos representantes da sociedade civil ao nível nacional, regional e local.

À medida que entramos no novo período de programação a sete anos e que inúmeros programas operacionais estão a ser negociados entre a Comissão e as autoridades nacionais e regionais, é possível observar uma mudança significativa no sentido de uma definição clara da produção e dos resultados esperados. Os novos Planos de Ação Conjunta e as Opções de Custos Simplificados vão suportar esta abordagem cada vez mais orientada para os resultados. Estas ferramentas também deverão ajudar consideravelmente a reduzir a carga administrativa sobre os beneficiários e sobre o sistema de gestão e controlo, contribuindo também para a diminuição do risco de erro.

▶SAIBA MAIS  
<http://ec.europa.eu/esf>

# MELHORIA DOS CONTRATOS PÚBLICOS QUE ENVOLVEM FUNDOS DA UE

Os contratos públicos desempenham um papel significativo na economia europeia. Em 2011, os organismos governamentais e as empresas de serviços de utilidade pública gastaram cerca de 2 406 mil milhões de euros em obras públicas, contratos de bens e serviços, representando cerca de 19% do produto interno bruto da UE.

Os contratos públicos acima de determinados limites estão sujeitos à legislação de contratos públicos da UE e representaram cerca de 425 mil milhões de euros em 2011 (3,4% do PIB), tendo aumentado consistentemente ao longo da última década.

As regras da UE para concursos públicos procuram garantir que o sistema é justo para todos os proponentes e que a melhor relação qualidade/preço é alcançada através de concursos competitivos. No entanto, o trabalho realizado pela UE e pelos auditores nacionais revela um nível relativamente elevado de erros cometidos ao longo do processo, nomeadamente ao nível das administrações públicas locais. A Comissão está a desenvolver um Plano de Ação que propõe medidas para combater este problema, incluindo sensibilização, formação e difusão de orientação.

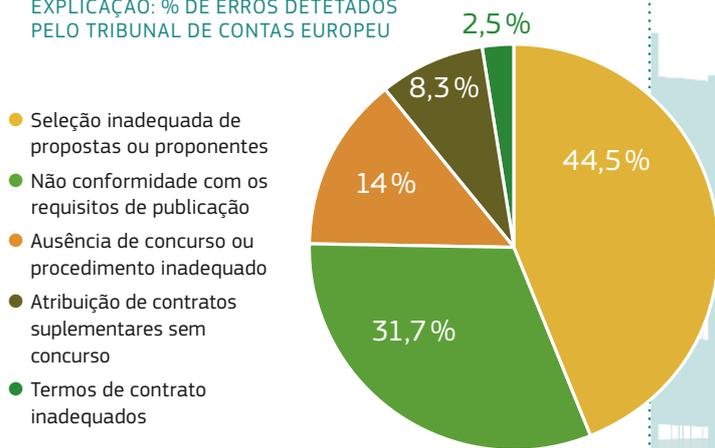
## Irregularidades

A capacidade administrativa e a especialização para gerir processos de contratos públicos variam entre os Estados-Membros, mas são frequentemente mais fracas ao nível das autoridades locais.

Devido à natureza dos contratos a serem cofinanciados, que envolvem frequentemente contratos complexos e de valor elevado para projetos de grandes infraestruturas, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão possuem o nível mais elevado de erros associados aos contratos públicos. Apesar de os problemas serem menos graves no Fundo Social Europeu, no Fundo Europeu para as Pescas e no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, as deficiências nos contratos públicos também representam uma

## ONDE É DETETADA A MAIOR PARTE DOS ERROS?

EXPLICAÇÃO: % DE ERROS DETETADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU



fonte significativa de irregularidades. Como resultado disso, são realizadas correções financeiras para recuperar o financiamento associado, frequentemente com implicações consecuenciais para a implementação de projetos.

Em certos Estados-Membros, a qualidade e a consistência dos documentos de concursos costumam ser fracas, o que pode provocar problemas posteriores durante a atribuição e a aplicação dos contratos. Existem também Estados-Membros que, através de regras nacionais adicionais, complicaram em demasia a implementação dos contratos públicos ao aplicar uma carga administrativa adicional desnecessária sobre os beneficiários dos fundos.

Os contratos em concurso ao nível municipal ou local parecem ser mais propensos a erros e irregularidades, provavelmente devido a uma combinação de fatores de risco, tais como a capacidade administrativa inferior, a falta de experiência e especialização e, possivelmente em alguns casos,

devido a uma «parcialidade local» na seleção das empresas. Os contratos para serviços foram considerados como sendo mais propensos a erros do que os concursos de fornecimento/obras. Um dos problemas mais graves envolve a atribuição de trabalho adicional diretamente ao contratante existente sem qualquer concurso, modificando assim o contrato original e alterando o equilíbrio da concorrência inicial.

Apesar de os erros processuais ou de avaliação serem frequentemente cometidos involuntariamente, as correções financeiras resultantes podem levar a graves problemas de aplicação de contratos para as administrações públicas.

## Vanguarda

A responsabilidade da vanguarda em garantir que os processos de concurso adequados são respeitados cabe às autoridades nacionais. Durante vários anos, a Comissão proporcionou sessões de formação aos Estados-Membros, de modo a melhorar a especialização do pessoal das autoridades de gestão e dos auditores na validação dos processos de contratos públicos.

Em consequência, tanto o pessoal da vanguarda ao nível nacional como os auditores nacionais estão mais bem preparados para evitar e detetar deficiências e problemas. Além disso, alguns Estados-Membros melhoraram os seus próprios procedimentos de contratos públicos para um melhor alinhamento com as Diretivas da UE e para refletir as recomendações e os conselhos de práticas recomendadas da Comissão. No entanto, ainda existe a necessidade de reforço de capacidades ao nível nacional.

## Grupo de Trabalho

Foi criado um Grupo de Trabalho para os Contratos Públicos, associado à gestão dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE), para abordar as fraquezas recorrentes nos contratos públicos. Criado em setembro de 2013, reúne representantes das Direções-Gerais para a Política Regional e Urbana (presidente), Mercado Interno e Serviços, Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, Agricultura e Desenvolvimento Rural e Assuntos Marítimos e da Pesca e o Banco Europeu de Investimento. O Grupo de Trabalho identificou várias ações, algumas das quais já iniciadas, que visam ajudar a melhorar o desempenho dos contratos durante o período de 2014-2020.

As ações tomadas incluem a redação e difusão de orientações práticas sobre como evitar erros comuns nos contratos públicos. A orientação está estruturada em função das principais etapas de um processo de contrato público e destaca os problemas a ter em atenção e os potenciais erros a evitar. A orientação também inclui um «conjunto de ferramentas» com estudos de caso de práticas recomendadas e recursos adicionais para abordar tópicos específicos em

## OS CONTRATOS PÚBLICOS SÃO UM PONTO CRUCIAL NO RISCO DE CORRUPÇÃO.

Consulte o artigo na *Panorama 49*, páginas 34-35, para obter mais informações acerca das medidas e eventos de prevenção da corrupção e antifraude da Comissão organizados em toda a UE neste ano.

maior profundidade. Também apresenta exemplos concretos sobre o que fazer e o que não fazer durante as etapas de contratação e de aplicação de contratos do ciclo do projeto. Finalmente, dá explicações sobre como lidar com várias situações que podem surgir e indica 25 dos erros mais comuns ou graves.

Os novos Fundos EIE também incluem certas condições relacionadas com os contratos públicos, de modo a garantir que as medidas estão a ser aplicadas nos Estados-Membros e nas regiões – e que se refletem no respetivo Acordo de Parceria e nos programas operacionais – antes da atribuição do investimento do Fundo EIE.

Para determinados Estados-Membros, como a Roménia e a Bulgária, estão a ser implementados Planos de Ação específicos, de modo a aumentar os níveis de compreensão e melhorar a conformidade com os procedimentos de contratos públicos.

## Novas regras

Em abril de 2014, um pacote de novas Diretivas relacionadas com os contratos públicos foi adotado e será transposto para a legislação nacional pelos Estados-Membros até 2016. A Comissão está a atender às necessidades de formação dos Estados-Membros associadas à transposição e implementação destas novas Diretivas.

### ▶ SAIBA MAIS

Orientação de contratos públicos:

<http://europa.eu/!hb94Mb>

Site de contratos públicos da UE:

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/publicprocurement/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/publicprocurement/index_en.htm)



# ▶ A UE REVELA ESTRATÉGIA PARA A REGIÃO DO ADRIÁTICO E DO JÓNICO – EUSAIR

Foi elaborada pela Comissão Europeia uma nova estratégia macrorregional para promover o desenvolvimento económico e social da Região do Adriático e do Jónico. Também deverá favorecer a integração na UE dos países dos Balcãs Ocidentais.

A Estratégia foi adotada pela Comissão Europeia em junho de 2014 e, uma vez aprovada pelo Conselho Europeu, entrarão em vigor estruturas de governação para permitir o início da implementação antes do final do ano. As tarefas técnicas e operacionais serão apoiadas pelo futuro programa INTERREG transnacional do Adriático-Jónico.

## Oito países – 70 milhões de pessoas

Residência de mais de 70 milhões de pessoas, a Região é geralmente definida pela bacia dos Mares Adriático e Jónico. Na sua forma atual, a Estratégia tem como base a Iniciativa Adriático-Jónica, que abrange oito países: quatro Estados-Membros da UE (Croácia, Eslovénia, Grécia e Itália) e quatro países de fora da UE (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Sérvia).

Baseia-se na ampla cooperação entre estes países já desenvolvidos através da Estratégia Marítima da UE para os Mares Adriático e Jónico e dos programas INTERREG da UE.

## EUSAIR – 4 PILARES

- 1 O Crescimento Azul** concentra-se em três tópicos: Tecnologias azuis; pescas e aquacultura; governação e serviços marítimos e marinhos. Também vai promover práticas de pesca sustentáveis e responsáveis que proporcionem rendimento para as zonas costeiras.
- 2 O pilar Ligar a região** engloba a conectividade dos transportes e da energia ao: reforçar a proteção e segurança marítima e desenvolver sistemas de portos inter-relacionados; criar redes de transportes fiáveis e ligações intermodais com o interior; estabelecer um mercado energético interno bem interligado e perfeitamente funcional.
- 3 A Qualidade Ambiental** motiva a cooperação ao nível regional para: melhorar a ecologia do ambiente marinho e costeiro; reduzir a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços de ecossistema; e melhorar a gestão de resíduos ao reduzir os fluxos de nutrientes e resíduos para o mar e para os rios. A ênfase recai sobre três tópicos para alcançar estas metas: melhorar o ambiente marinho; reduzir a poluição do mar; e melhorar a biodiversidade e os habitats terrestres transnacionais.
- 4 O pilar do Turismo Sustentável** vai ajudar a desenvolver o potencial da região ao oferecer produtos turísticos de melhor qualidade e novos serviços. A Estratégia visará a diversificação do turismo da macrorregião e a abordagem à problemática do turismo sazonal. Também irá melhorar a gestão sustentável e responsável do turismo.

## Terceira estratégia macrorregional

A Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónico – EUSAIR – parte da experiência bem-sucedida das estratégias macrorregionais existentes nas Regiões do Mar Báltico e do Danúbio. Estas estratégias foram pioneiras numa cooperação única baseada na ideia de que os desafios e as oportunidades comuns em regiões específicas – sejam eles ambientais, económicos, territoriais ou relacionados com a segurança – abordam-se melhor de forma coletiva.

## Porquê a EUSAIR?

A Região enfrenta vários **desafios**, nomeadamente: disparidades socioeconómicas impressionantes; falta de redes que liguem a investigação às empresas; deficiências nas ligações de transportes; interligações inadequadas da rede elétrica; pescas insustentáveis; ameaças ambientais; e capacidade administrativa insuficiente.



## PERSPETIVAS UMA ESTRATÉGIA DA UE PARA A REGIÃO ALPINA

Em dezembro de 2013, o Conselho Europeu convidou a Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, para desenvolver uma Estratégia da UE para a Região Alpina (EUSALP) até junho de 2015. Esta Estratégia abrange cinco Estados-Membros da UE (Áustria, França, Alemanha, Itália e Eslovénia) e dois países não pertencentes à UE (Líchtenstein e Suíça), o que envolve cerca de 48 regiões.

A Região Alpina e os seus 70 milhões de pessoas enfrentam vários desafios importantes que exigem a cooperação entre as regiões e os países para serem encontradas soluções. A Estratégia irá basear-se em três ações:

- ▶ Melhorar a competitividade, prosperidade e coesão da Região Alpina.
- ▶ Garantir a acessibilidade e conectividade para todos os habitantes da Região Alpina.
- ▶ Tornar a Região Alpina ambientalmente sustentável e atrativa.

Está a decorrer uma consulta pública exaustiva às partes interessadas até 15 de outubro de 2014. Será seguida de uma conferência com as partes interessadas no início de dezembro de 2014 para encerrar o processo de consulta. A Comissão irá apresentar uma proposta de Plano de Ação e Comunicação até junho de 2015.

No entanto, existem também algumas oportunidades **promissoras** que podem ser rentabilizadas, incluindo a «economia azul» e o potencial de uma conectividade terra-mar melhorada para aumentar a competitividade das economias do interior. A Região possui uma excepcional beleza natural e um rico património cultural, histórico e arqueológico, com potencial para um turismo sustentável, responsável e diversificado.

No entanto, é necessária uma **melhor coordenação e cooperação** entre os países e as regiões em questão, para combater estes desafios partilhados e explorar melhor estas oportunidades. O envolvimento da União Europeia facilita uma abordagem transversal a vários setores consistente com as diferentes políticas da UE. Destaca as complementaridades e sinergias possíveis entre as políticas e os programas atualmente em vigor na Região. Ajuda a alinhar e a mobilizar o vasto leque de fundos e programas disponíveis para apoiar o cumprimento das metas da Estratégia.

## Prioridades para empregos e crescimento

Todos os setores mencionados podem desempenhar um papel crucial na criação de empregos e no estímulo ao crescimento económico na Região. De modo a concentrar os esforços, o Plano de Ação da EUSAIR concentra-se num número limitado de prioridades estratégicas organizadas em torno de quatro pilares (ver caixa na pág. 34).

Além disso, a Estratégia tem vários princípios transversais: reforço de capacidades e comunicação; investigação, inovação e PME; mitigação e adaptação das alterações climáticas; e gestão de riscos de catástrofes.

Apesar de a Estratégia não surgir com financiamento extra da UE, a EUSAIR irá reunir os instrumentos de financiamento existentes da UE e nacionais de modo a melhorar a relação custo/eficácia. Particularmente, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e o Instrumento de Assistência de Pré-adesão vão disponibilizar recursos financeiros significativos durante 2014-2020 e um vasto leque de ferramentas e opções técnicas.

Outros Fundos e programas da UE que podem apoiar as ações da EUSAIR incluem o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, a Facilidade «Interligar a Europa», a COSME e o Horizonte 2020.

Estão disponíveis outros instrumentos financeiros, nomeadamente do Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais, do Banco Europeu de Investimento e de outras Instituições Financeiras Internacionais. Estes fundos e instrumentos devem exercer um efeito de alavanca significativo e atrair mais financiamentos por parte de investidores privados.

▶ **PARA UMA REGIÃO DO ADRIÁTICO E DO JÓNICO PRÓSPERA E INTEGRADA:**  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/cooperate/adriat\\_ionian/pdf/brochure.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/adriat_ionian/pdf/brochure.pdf)

▶ **SAIBA MAIS**  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/cooperate/adriat\\_ionian/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/adriat_ionian/index_en.cfm)

# ▶ NOTÍCIAS

## [NOTÍCIAS BREVES]

### NOVO SECRETÁRIO- GERAL PARA O CoR



Jiří Buriánek assumiu as rédeas como Secretário-Geral do Comité das Regiões a 1 de setembro de 2014.

Jiří Buriánek, cujas qualificações incluem uma licenciatura em Direito, um doutoramento em Direito Europeu e um Mestrado em Gestão de Empresas, tem cidadania germano-checa. Anteriormente, era Diretor no Secretariado-Geral do Conselho da UE, onde era responsável pelas indústrias de rede (energia, transportes, TIC) e pelas infraestruturas europeias. Antes disso, desempenhou a função de Gestor do Alargamento no Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia e foi Secretário-Geral da PostEurop – uma associação com sede em Bruxelas que representa os operadores postais públicos europeus.



#### ▶ SAIBA MAIS

<http://cor.europa.eu/pt/about/secretary-general/Pages/secretary-general.aspx>

### CARTA PARA A GOVERNAÇÃO A VÁRIOS NÍVEIS NA EUROPA: DO CONCEITO À REALIDADE



De acordo com Michel Lebrun, novo Presidente do Comité das Regiões (CoR), para que a Europa seja bem-sucedida, todos os níveis de governação (regional, nacional e europeia) têm de desempenhar o seu papel e atuar de forma coerente e coordenada com os outros níveis de autoridade, de modo a cumprir os objetivos da UE. Isto aponta para um maior envolvimento por parte das regiões e cidades

na elaboração e implementação de Programas de Reforma Nacionais e políticas europeias, nomeadamente em relação à estratégia de crescimento Europa 2020. Graças à determinação do CoR em concretizar estes objetivos, a «governação a vários níveis» tornou-se uma realidade tangível, baseada nos princípios da subsidiariedade e da parceria entre os diferentes intervenientes envolvidos na tomada de decisões. Neste contexto, a «Carta para a Governação a Vários Níveis na Europa» foi adotada pelo CoR em abril deste ano.

A Carta é um manifesto político através do qual as regiões e cidades da UE podem apelar a outros níveis de governo face ao valor acrescentado do seu nível de governação na execução de ações políticas. Mais de 150 autoridades locais já assinaram a Carta. Figuras políticas nacionais e europeias de renome, incluindo Jean-Claude Juncker, José Manuel Barroso e Johannes Hahn, exprimiram o seu apoio. Todas as cidades, distritos, províncias e regiões da UE são encorajadas a aderir à Carta, de modo a sistematizar a governação de vários níveis e transformá-la num dos princípios orientadores da ação europeia.

A Carta está disponível online e está aberta para a assinatura eletrónica de todas as autoridades locais e regionais da UE.



#### ▶ SAIBA MAIS

[www.cor.europa.eu/mlgcharter](http://www.cor.europa.eu/mlgcharter)

## NOVA ORIENTAÇÃO PARA AJUDAR A CRIAR SINERGIAS ENTRE OS FUNDOS DA UE



A Comissão publicou novas orientações para ajudar os decisores políticos nacionais e regionais a conseguirem mais sinergias entre os diferentes fundos da UE no sentido de apoiar a inovação e a competitividade. Descreve as complementaridades entre os Fundos EIE, Horizonte 2020, COSME, Erasmus+, Europa Criativa e a parte de serviços digitais da Facilidade «Interligar a Europa», proporcionando cenários concretos que poderiam servir de inspiração para as prioridades nos PO dos ESIF (atualmente em negociação) e outros fundos da UE nos anos futuros.

A vontade política para esta cooperação é clara e o Comissário Hahn abordou a necessidade de alinhar agendas de política estratégicas e de abandonar uma «mentalidade de silo» entre as partes interessadas na investigação/Horizonte 2020 e as partes interessadas na coesão socioeconómica/Fundos EIE. Estas sinergias podem amplificar os investimentos em investigação e inovação, bem como os seus impactos na competitividade, no emprego e no crescimento na UE, ao combinar os ESIF, o Horizonte 2020 e outros instrumentos da UE de forma estratégica e orientada para a coesão. Em tempos de redução dos orçamentos públicos e de aumento dos desafios em termos de crescimento e competitividade internacional, este aspeto tem de ser um «imperativo».

É dada particular atenção ao maior programa individual gerido centralmente, Horizonte 2020 – o novo programa-quadro de investigação e inovação com um orçamento de quase 80 mil milhões de euros – e os Fundos EIE que destinam cerca de 100 mil milhões de euros a áreas relacionadas com a inovação.

Além da utilização sequencial e/ou paralela de fundos para projetos diferentes já possibilitada no passado, as novas regulamentações permitem que os financiamentos dos ESIF e do Horizonte 2020 sejam combinados no mesmo projeto («financiamento cumulativo») para conseguir um maior impacto e eficiência.

O Regulamento Disposições Comuns estabelece obrigações específicas para os Estados-Membros e regiões nesta área, nomeadamente o processo de descoberta empresarial e a definição de estratégias de especialização inteligentes, que incluem ações a montante (reforço das capacidades de investigação) e a jusante (traduzir os resultados em bens e serviços competitivos e inovadores). O cenário também está montado para que o Horizonte 2020 tire partido dos grandes investimentos dos Fundos Estruturais da última década em capacidades de investigação, parques científicos e tecnológicos, polos e capital humano na área da investigação e inovação, designadamente nos novos Estados-Membros e nas regiões menos desenvolvidas.

O guia – «Permitir sinergias entre Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, o Horizonte 2020 e outros programas da União relacionados com investigação, inovação e competitividade: Orientação para decisores políticos e entidades de execução» – destina-se principalmente às partes interessadas envolvidas no desenvolvimento de estratégias (por exemplo, para especialização inteligente, programas de ESIF ou programas de trabalho), mas também às entidades envolvidas na implementação, seleção, avaliação, comunicação, auditoria, etc. dos projetos.



### ▶ SAIBA MAIS

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/guides/synergy/synergies\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/guides/synergy/synergies_en.pdf)

# ▶ LIDERANÇA DA PARCERIA DA EUROPA COM A SOCIEDADE CIVIL

**O Comité Económico e Social Europeu (CESE) representa os grupos de interesse económico e social da Europa e tem tido um papel de relevo na promoção do envolvimento estreito e da parceria de grupos empresariais, laborais e outros grupos da sociedade civil para o desenvolvimento da política da UE, designadamente em áreas como a política de coesão.**

O CESE foi estabelecido pelo Tratado de Roma de 1957 com o objetivo de envolver os grupos de interesse económico e social no desenvolvimento do projeto europeu. Isto criou um mecanismo institucional para proporcionar um contributo deste segmento importante da sociedade civil à Comissão Europeia e ao Conselho de Ministros, estabelecendo também uma plataforma formal para que pudessem exprimir os seus pontos de vista acerca das problemáticas da UE.

Comprometido com a integração europeia, o CESE promove o desenvolvimento de uma União Europeia mais participativa que esteja mais em contacto com a opinião popular. Parte da experiência e do conhecimento dos seus membros para influenciar a tomada de decisões da UE e garantir o consenso que sirva o interesse de todos.

## Promoção de parcerias

O CESE sempre apoiou a política de coesão da UE nos seus esforços para reforçar a solidariedade e promover o desenvolvimento económico. É um defensor acérrimo do princípio da parceria e da sua integração total no desenvolvimento de políticas regionais.

Nos primórdios do CESE, a parceria concentrava-se apenas nos intervenientes económicos e sociais tradicionais. Ao longo do tempo tem sido alargada e agora inclui «qualquer outro organismo adequado representante da sociedade civil, dos parceiros ambientais, das organizações não governamentais e dos organismos responsáveis pela promoção da igualdade entre homens e mulheres».

No desenvolvimento da política de coesão reformada para 2014-2020, o CESE defendeu consistentemente que princípio da parceria com a sociedade civil fosse reforçado na



«O objetivo da União Europeia tem de ser o de agir no sentido de fazer mudanças concretas que tenham significado para os cidadãos da Europa. É por isso que o nosso Comité desempenha um papel fundamental

em levar até Bruxelas as expectativas e as necessidades, bem como os êxitos dos intervenientes no setor. Porque os nossos Membros são, antes de mais, cidadãos – empresários, representantes de sindicatos, associações familiares, agricultores, etc. – o desenvolvimento regional, o emprego local e a coesão social estão no centro das nossas preocupações e do nosso trabalho. Nós somos a voz da sociedade civil e, como tal, somos responsáveis por promover uma perspetiva diferente, mas indispensável, de modo a ajudar a orientar as políticas europeias. Esta é a força impulsionadora do nosso compromisso diário com uma Europa de soluções.»

HENRI MALOSSE – PRESIDENTE DO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

programação da política de coesão nos Estados-Membros da UE. Isto levou à inclusão de disposições específicas na Regulamentação, que obrigam os Estados-Membros a envolver os parceiros económicos e sociais e outros organismos relevantes representativos da sociedade civil na preparação de Acordos de Parceria e relatórios de progresso, bem como na preparação, implementação e acompanhamento dos programas operacionais. Além disso, foi adotada uma legislação específica que estabelece um Código de Conduta sobre Parcerias devido a esta instigação.

## «It takes two to tango»

Em fevereiro de 2009, a Comissão Europeia solicitou ao CESE que elaborasse um parecer exploratório sobre como encorajar parcerias eficazes para a gestão dos programas da política de coesão, com base nas boas práticas aprendidas no ciclo de programação de 2007-2013.

O CESE propôs-se identificar boas práticas de parceria nos programas operacionais da Política de Coesão. Foi levado a cabo um trabalho de campo considerável que envolveu membros do CESE, de conselhos nacionais económicos e sociais, de sindicatos e organizações empregadoras (ou seja, os parceiros sociais) e de outras organizações da sociedade civil (ou seja, economia social, setor terciário, ONG).

Os resultados deste trabalho levaram à publicação de um estudo do CESE muito bem informado e influente acerca do desenvolvimento do princípio da parceria na política de coesão da UE, intitulado *It takes two to tango* (São precisos dois para dançar o tango).

## Estratégias macrorregionais

O CESE demonstrou um interesse particular no desenvolvimento de estratégias macrorregionais para grupos de países ou regiões com problemas e interesses comuns. Esteve atentamente envolvido com as estratégias da UE desenvolvidas para as Regiões do Báltico e do Danúbio. De momento, está a elaborar pareceres no sentido de apoiar o desenvolvimento de Estratégias da UE para a Região do Adriático e do Jónico e para a Região Alpina.

O CESE recomenda que seja atribuído um papel fundamental aos parceiros – económicos, sociais e intervenientes da sociedade civil – neste processo, em harmonia com a abordagem geral às parcerias no desenvolvimento da política de coesão.

O CESE também propôs por iniciativa própria o desenvolvimento de uma estratégia macrorregional para a Área do Oceano Atlântico, que é a porta de ligação ocidental da Europa.

A macrorregião do Atlântico iria compreender as regiões e ilhas da costa Atlântica de França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido, incluindo as Ilhas Canárias, os Açores e a Madeira. Também poderia envolver a Islândia, a Noruega, a Gronelândia e as Ilhas Faroé.

## Assuntos urbanos e locais

O CESE preparou vários pareceres que realçam a importância crescente das áreas metropolitanas. O CESE acredita que as áreas metropolitanas equilibradas e robustas, integradas no quadro da Europa 2020, vão desenvolver-se como pioneiras dos desenvolvimentos futuros, cada uma com a sua própria identidade e características.

## O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU EM POUCAS PALAVRAS

O CESE tem 353 Membros desde que a Croácia aderiu à UE a 1 de julho de 2013. Os Membros são selecionados de grupos de interesse económico e social na Europa. Os Membros são propostos pelos governos nacionais e nomeados pelo Conselho da União Europeia para um mandato de 5 anos renovável. A última renovação ocorreu em outubro de 2010 para o mandato de 2010-2015. Os Membros pertencem a um de três grupos: entidades empregadoras, trabalhadores ou interesses variados. O trabalho dos membros consiste em emitir pareceres acerca de assuntos de interesse europeu para o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu. A consulta do CESE por parte da Comissão ou do Conselho é obrigatória em certos casos; noutros, é opcional. O CESE pode, no entanto, adotar opiniões por iniciativa própria. Em média, o CESE entrega 170 documentos consultivos e pareceres por ano (dos quais, cerca de 15% são emitidos por iniciativa própria). Todas as opiniões são encaminhadas para os organismos decisores da União e, em seguida, publicadas no Jornal Oficial da UE.

As Áreas Metropolitanas também terão um impacto macroeconómico positivo na Europa. As políticas para os desenvolvimentos metropolitanos devem ser executadas paralelamente com ênfase na redução das disparidades regionais.

O CESE recomendou o estabelecimento de um grupo de missão interdisciplinar para os desenvolvimentos metropolitanos, que agruparia uma variedade de representantes dos Estados-Membros, das Áreas Metropolitanas, das partes interessadas públicas e privadas e da sociedade civil.

Um agrupamento deste tipo poderia desenvolver uma visão a longo prazo de uma Europa metropolitana além das fronteiras nacionais. Uma Agenda Europeia Urbana 2050 coerente e eficiente deveria substituir as abordagens fragmentadas por um conceito generalizado.

O CESE também tem estado a trabalhar num parecer sobre o Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade (DLOC), uma ferramenta específica para utilização ao nível sub-regional para envolver as comunidades e organizações locais no sentido de atingir as metas da Estratégia Europa 2020 de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como de fomentar a coesão territorial.

► TRANSFIRA A BROCHURA  
**IT TAKES TWO TO TANGO:**  
<http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/cese-2011-05-en.pdf>

► SAIBA MAIS  
[www.eesc.europa.eu](http://www.eesc.europa.eu)



# ▶ CONTINUIDADE E MUDANÇA

## A POLÍTICA REGIONAL DA UE DESDE 1989



**Ronald Hall, Conselheiro Principal do Diretor-Geral para a Política Regional e Urbana, reflete sobre o desenvolvimento e a evolução da política regional da UE ao longo dos últimos 25 anos.**

O Tratado de Roma original de 1957, assinado por seis países fundadores para estabelecer a Comunidade Económica Europeia (CEE), declarou no preâmbulo que os Estados-Membros estavam «preocupados em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas».

A conversão desta prioridade política, numa fase posterior, numa política regional ao nível da UE estava intimamente associada aos avanços no processo mais generalizado da integração europeia – especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de uma união económica e monetária, que eventualmente levaria à criação de uma moeda única, o euro. No processo de integração europeia, a ideia de federalismo fiscal e a criação de um sistema de equalização fiscal perdeu força, optando-se, a partir de 1989, por um sistema baseado no apoio ao crescimento e desenvolvimento económico dos Estados-Membros e regiões mais fracas. Através da canalização dos fundos de investimento do orçamento central da UE para esses Estados-Membros e regiões mais enfraquecidos, os mesmos poderiam partilhar as recompensas da união económica e monetária.

O desenvolvimento da política ao longo do tempo reflete de várias formas a natureza dupla da política regional da UE. Por um lado, a política representava um **mecanismo de redistribuição** na ausência de qualquer outro no apoio às áreas mais pobres da UE. Por outro lado, também representava um **mecanismo de crescimento e desenvolvimento económico** que canalizava os recursos para um número limitado de áreas de investimento.

Nas fases iniciais, 1989-1999, poderia dizer-se que se deu demasiada ênfase à dimensão redistributiva ao nível da liderança política da Europa, o que significa que, possivelmente, dedicaram-se demasiados esforços à captação de recursos ao abrigo da política regional e de coesão e talvez não se tenha dado importância suficiente ao melhor aproveitamento desses recursos uma vez adquiridos.

### Investimento no crescimento económico

Este aspeto mudou com o acordo dos Estados-Membros em Lisboa (2000), que previa um plano de ação que visava obter uma ação conjunta mais determinada para resolver o problema da competitividade europeia internacional (em relativo declínio) e procurava mobilizar todas as fontes de financiamento disponíveis para novos investimentos. Com as decisões orçamentais ao longo da década anterior, a política regional tinha-se tornado, de longe, a maior fonte potencial deste tipo de investimento ao nível europeu.

Deste modo, iniciou-se uma mudança importante no quadro concetual da política, que se afastava de uma ênfase no aspeto redistributivo, rumo aos aspetos do crescimento e desenvolvimento económico. A lógica da política passou a ser a de uma fonte de investimento para ajudar na concretização da sucessão de estratégias (relacionadas) de competitividade que orientaram a União após o ano 2000 (a Estratégia de Lisboa (2000), a Estratégia de Crescimento e Emprego (2005) e a estratégia Europa 2020 (2010)).

De modo a canalizar o investimento europeu para contribuir para a concretização destas estratégias, as mudanças no sistema de execução a vários níveis foram essenciais para refletir as prioridades europeias nas decisões de investimento reais tomadas a nível regional e local. Isto levou a um reforço das condições que acompanham os programas da política regional, a começar pela reserva preferencial das principais áreas de investimento nos requisitos para a elaboração dos programas estratégicos de 2007-2013. Estas condições foram reforçadas, pelo menos em termos legislativos (a implementação real ainda não ocorreu), para o período que acabou de começar, o de 2014-2020.



## Estabilidade económica

Além disso, a política não só passou a ser orientada («condicionada») pela necessidade de contribuir para alcançar os objetivos da versão atual da estratégia de competitividade da UE – Europa 2020 – mas tornou-se também, na Europa da pós-crise, um instrumento para ajudar a garantir a estabilidade da união económica e monetária como um todo, incluindo possíveis sanções pela inobservância dos limites da União quanto às magnitudes macroeconómicas nacionais. De certa forma, isto encerrou um ciclo. O progresso que a União conseguiu fazer historicamente ao introduzir uma verdadeira política regional europeia precisava dos avanços no processo da união económica e monetária. Agora, a união económica e monetária necessita da política regional e de coesão como um instrumento para sustentar o seu êxito.

Obviamente, apesar da mudança de paradigma na política regional e de coesão da UE, esta mantém a sua forte dimensão redistributiva original e muitos dos recursos são direcionados para as regiões mais pobres, medidas em termos de rendimento per capita (PIB), o que, por si só, é um feito político significativo.

No entanto, o discurso da política mudou para incidir no papel atributivo da política orientado para projetos de investimento essenciais para o êxito económico da Europa. Desta forma, existe uma ênfase no futuro, que procura mobilizar recursos subexplorados em busca de novas oportunidades, em vez de procurar compensar os problemas do passado. Finalmente, para poder desempenhar o seu papel na prossecução dos objetivos económicos globais da União, admitiu-se que a política tem de intervir tanto nas regiões mais pobres como nas mais prósperas da União, mesmo que os recursos sejam inevitável e justamente concentrados nas mais pobres.

# ▶ A PANORAMA CHEGOU À 50.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Ao atingirmos este marco, gostaríamos de conhecer a opinião dos nossos leitores. Esta é a sua oportunidade para nos dizer aquilo que pensa acerca da *Panorama*. Do que é que gosta? O que lhe parece mais útil?

A primeira edição foi publicada em outubro de 2000. Ao longo dos últimos 14 anos, a *Panorama* cresceu e prosperou, tornando-se numa das principais ferramentas de comunicação da Direção-Geral da Política Regional e Urbana.

Como gostaria de vê-la evoluir nos próximos anos? Escreva e diga-nos o que pensa, para que possamos apresentar algumas das suas contribuições no futuro. **UM VIVA PARA AS PRÓXIMAS 50 EDIÇÕES!**



**DIGA-NOS O QUE PENSA!**

▶ [regio-panorama@ec.europa.eu](mailto:regio-panorama@ec.europa.eu)



## ▶ ✉ SZILVIA MÉSZÁROS

SECRETARIADO DE ESTADO ADJUNTO PARA A COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO, GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO, HUNGRIA

Como Agente de Comunicação, estou ativamente envolvida na comunicação dos resultados da política de coesão na Hungria através de campanhas e publicações e sou responsável por divulgar as atividades de comunicação de práticas recomendadas na Hungria perante a Comissão Europeia. Do meu ponto de vista, a revista *Panorama* cria uma oportunidade única para conhecer os diferentes aspetos da política na UE. Na comunicação, a renovação contínua de ideias é vital para passar a mensagem de forma eficiente. A revista tem sido uma fonte de boas práticas inspiradoras e de informações úteis acerca da política regional ao longo de todo o nosso trabalho. Tendo participado na preparação do evento para o Dia Europeu da Hungria, o «Dia da Europa 2014 na UE» na edição anterior, por exemplo, foi um artigo particularmente valioso que nos proporcionou várias ideias novas e inspiradoras para o evento do próximo ano.

## ▶ ✉ NOAH, FÃ DE PROJETOS

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE DA UE, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPÚBLICA CHECA

Olá, o meu nome é Noah! Provavelmente já me conheceram antes, talvez na reunião INFORM da primavera, em Praga? De qualquer forma, creio que já sabem que sou um grande fã da revista *Panorama*! Acreditem ou não, mais do que qualquer outra coisa, gosto de ler sobre os projetos co-financiados da UE. Quero saber tudo acerca deles: onde estão, o que têm de interessante, mas, principalmente, quero vê-los com os meus próprios olhos! Para conseguir isso, ando a viajar pela Europa para visitar todos os Estados-Membros da UE e estou a divertir-me imenso com os meus novos amigos que me mostram os projetos nos seus países. Espero vê-los em breve! 😊



*Let's stay connected...*

## ▶ CONHEÇA O NOAH

[https://www.youtube.com/watch?v=SjE\\_FlVGtn4&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=SjE_FlVGtn4&feature=youtu.be)

▶ **PAULA ASCENÇÃO**  
 AGENTE DE COMUNICAÇÃO,  
 COMPETE, PORTUGAL



A comunicação e a informação são áreas estratégicas para a autoridade de gestão do programa COMPETE. São elementos essenciais para poder concluir o trabalho que coordeno. É deveras crucial harmonizar o comité de gestão com as prioridades definidas no programa. Assim, direcionamos o nosso trabalho de forma a apresentar todos os instrumentos disponíveis e a dar resposta às necessidades dos beneficiários no âmbito dos objetivos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Acima de tudo, procuramos partilhar os resultados deste apoio financeiro enquanto trabalhamos em estreita colaboração com os beneficiários.

Enquanto responsável de comunicação, acredito que a revista *Panorama* é fundamental, não só pelas atualizações facilmente acessíveis que disponibiliza acerca dos temas mais relevantes relacionados com os fundos de coesão, mas também porque, à luz da nossa filosofia de partilha, o formato digital representa uma ferramenta fundamental que motiva a interação nas redes sociais, despoletando desta forma a divulgação da informação. Também ajuda os nossos seguidores no estrangeiro a saber mais sobre outros projetos financiados pelos fundos europeus.

Neste sentido, consideramos a revista *Panorama* um instrumento de informação, que partilhamos entre os beneficiários e os cidadãos em geral. Uma versão digital que seja mais interativa e intuitiva para utilizadores de tablets iria, sem dúvida, ajudar a *Panorama* a atingir um êxito sustentável a longo prazo.

▶ **PAULA VICENTE**  
 DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E REPRESENTANTE  
 DE PORTUGAL NA INIO E INFORM, PORTUGAL

Nas minhas funções como Diretora de Comunicação responsável pela comunicação dos investimentos de fundos aplicados através da política de coesão e como representante de Portugal nas redes de comunicação INIO e INFORM no âmbito da UE, a *Panorama* tem sido uma fonte de inspiração e conhecimento. É interessante apreciar a evolução da *Panorama* ao longo do tempo. Nota-se que se tem aproximado dos cidadãos e motivado uma maior participação, incidindo progressivamente nos temas emergentes. Para o futuro, lanço o seguinte desafio: A *Panorama* deveria tornar-se mais sustentável e mais flexível, libertando-se de todas as versões impressas e concentrando-se na sua divulgação online, adaptando assim o seu formato aos canais digitais.



▶ **SUSANNE BELIHART**  
 GESTORA DE PROJETO, PRISMA SOLUTIONS, ÁUSTRIA

Na qualidade de gestora de projeto em vários projetos de programas de cooperação territorial europeia, como a Europa Central, a Europa do Sudeste ou a Cooperação Transfronteiriça no período de 2007-2013, uma das tarefas mais importantes (além das tarefas diárias, como relatórios, RP, reuniões, etc.) é ouvir as boas e as más notícias das atividades dos «meus parceiros», de modo a tentar encontrar soluções para problemas complexos e facilitar a vida do projeto dos parceiros o máximo possível.

A *Panorama* disponibiliza-me informações atualizadas acerca dos desenvolvimentos mais recentes dos processos estratégicos na UE e, ao mesmo tempo, informações práticas de exemplos de outros projetos ou questões temáticas. Com vista aos projetos futuros, isto é muito útil no desenvolvimento de cooperações posteriores e na definição de objetivos relevantes.

Os infográficos e as «notícias breves» são informações valiosas e claras apresentadas de forma resumida, que poderiam ser realçadas nas próximas edições.





Custo total:  
17700000 EUR  
Contribuição da UE:  
3186000 EUR

▶ ESPANHA

# ▶ SISTEMA INTEGRADO DE REGISTOS MÉDICOS MELHORA O SISTEMA DE SAÚDE REGIONAL

**A introdução do sistema de registo de saúde eletrónico (RSE) IANUS ajudou o Serviço de Saúde Pública na Galiza, Espanha, a conseguir uma grande eficiência na prestação de cuidados aos doentes, reduzindo ao mesmo tempo o número de consultas médicas e o tempo de espera.**

Através do projeto IANUS, as informações clínicas e administrativas acerca dos doentes anteriormente armazenadas em vários sistemas diferentes foram integradas num sistema de RSE comum para todos os doentes.

A nova plataforma de TIC permite a continuidade de tratamentos, independentemente do hospital ou centro médico frequentado por quem procura tratamento. O registo integral das informações relacionadas com os doentes está disponível para todo o pessoal médico através de um sistema centralizado.

Desta forma, médicos e enfermeiros têm acesso instantâneo a uma maior quantidade de informação relevante para tomar decisões e podem fazer diagnósticos melhores e mais rápidos, proporcionando aos doentes um tratamento mais personalizado.

Uma vez que todos os hospitais públicos e privados, centros de saúde e farmácias estão interligados através do IANUS, o pessoal médico tem à sua disposição um histórico completo das prescrições do doente, com informações acerca do histórico de problemas de saúde, alergias, tratamentos anteriores, programas de cuidados de enfermagem, etc. de um doente, melhorando assim a continuidade dos cuidados prestados ao doente.

O sistema também está ligado ao Serviço Nacional de Saúde espanhol, o que permite que as informações médicas dos doentes registadas noutras regiões do país sejam visualizadas.

O sistema IANUS também está aberto ao público em geral e cerca de 2,7 milhões de cidadãos na Galiza têm autorização para aceder a informações básicas do seu próprio registo médico através da Internet, utilizando o respetivo número de identificação nacional.

Estas alterações beneficiam particularmente as pessoas com doenças crónicas. Estima-se que o IANUS tenha reduzido as consultas nos departamentos de emergência hospitalar em 4% e as consultas de cuidados primários em 10%.

Isto significa que o número de doentes à espera de marcação foi reduzido em 19%. A introdução de um serviço de prescrição eletrónica resultou em menos 2,5 milhões de consultas por ano.

O IANUS já se encontra totalmente implementado em 14 hospitais e em mais de 400 centros de cuidados de saúde primários, proporcionando uma base sólida para um sistema completo orientado para o doente, incluindo telessaúde, teleacompanhamento e um modelo Web 2.0 para doentes.

▶ SAIBA MAIS  
[www.sergas.es](http://www.sergas.es)

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

# ▶ CONTROLO DA POLUIÇÃO GARANTE ÁGUAS COSTEIRAS LIMPAS

Custo total:  
4 355 000 EUR  
Contribuição da UE:  
3 266 000 EUR



**Garantir praias e águas balneares de boa qualidade ao longo das costas do País de Gales e da Irlanda é o objetivo do projeto Smart Coasts (Costas Inteligentes), que irá proteger a saúde pública e beneficiar o turismo.**

Foi desenvolvido um sistema para fornecer informações em tempo real acerca da qualidade da água balnear ao longo das águas costeiras irlandesas e galesas, no âmbito do projeto «Smart Coasts=Sustainable Communities» (Costas Inteligentes=Comunidades Sustentáveis), apoiado pelo FEDER.

O projeto de colaboração levado a cabo por investigadores da University College Dublin, na Irlanda, e pela Aberystwyth University, no Reino Unido, propõe-se melhorar a compreensão dos fluxos e das concentrações de poluição nas zonas costeiras e a fornecer informações em tempo real às comunidades costeiras.

O sistema acompanha o impacto dos limites da pluviosidade ou do caudal dos rios nas áreas relevantes. Também examina o escoamento superficial no solo em relação aos padrões dos fluxos junto à costa, que podem produzir concentrações de poluição em determinadas áreas.

Estas informações são então disponibilizadas eletronicamente às comunidades costeiras locais para as alertar para potenciais problemas e ajudar a garantir que os residentes locais e os visitantes desfrutem de praias e águas balneares seguras.

A monitorização em tempo real dos fluxos e níveis de poluição ajuda a manter e aumentar o número de praias com Bandeira Azul de alta qualidade na Irlanda e no País de Gales, nomeadamente quando as normas mais rigorosas da Diretiva relativa às Águas Balneares entrarem em vigor em 2016.

O projeto Smart Coasts (Costas Inteligentes) está de momento concentrado na Baía de Swansea, no sul do País de Gales, e na localidade costeira de Bray, em County Wicklow, Irlanda. Ambas são localidades urbanas com praias a uma distância que pode ser percorrida a pé por milhares de residentes. São destinos populares para o turismo e os desportos aquáticos, sendo que ambas receberam um investimento significativo para melhorar as infraestruturas e as instalações recreativas.

O processo de recolha de dados também pode fornecer informações de qualidade acerca das contribuições relativas das diferentes fontes de poluição e proporcionar uma abordagem mais rentável a quaisquer estratégias futuras para a melhoria da poluição.

O projeto, que foi parcialmente financiado ao abrigo do Programa de Cooperação Territorial Europeia Irlanda/País de Gales 2007-2013, vai beneficiar as praias da Irlanda, do País de Gales e, possivelmente, de outras partes da Europa. Vai ajudar a manter o valor económico e estratégico das águas junto à costa para as economias e comunidades locais.

▶ SAIBA MAIS  
[www.smartcoasts.eu](http://www.smartcoasts.eu)

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

# ▶ APOIO A PME DE CIÊNCIAS DA VIDA PARA AJUDAR A EXPANSÃO ALÉM-FRONTEIRAS

Custo total:  
3 140 000 EUR  
Contribuição da UE:  
1 570 000 EUR

As pequenas empresas no setor das ciências da vida no Noroeste da Europa estão a receber financiamentos e acesso a especialistas noutras regiões para ajudar no desenvolvimento dos seus produtos e marketing.



As pequenas e médias empresas (PME) inovadoras são vitais no desenvolvimento de novos produtos e serviços no campo das ciências da vida e da tecnologia médica. Contudo, a inovação é complexa e dispendiosa e nem sempre a especialização, as instalações e o financiamento necessários estão disponíveis na localidade onde uma empresa está sediada.

Através do projeto IN2LifeSciences, oito regiões líderes no Noroeste da Europa, que são fortes em termos de ciências da vida, estão a colaborar para disponibilizar às PME fundos e contactos que lhes proporcionem acesso transnacional às ferramentas, aos recursos ou à especialização no desenvolvimento de que necessitam. A rede de regiões do IN2LifeSciences abrange a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Alemanha e os Países Baixos.

O projeto oferece três tipos de incentivos para o apoio à inovação: «Colaboração» (7000 euros), «Perspetiva» (4000 euros), «Receção» (despesas até 500 euros). Apesar de estes valores serem relativamente modestos, são vitais na fase de desenvolvimento das pequenas empresas de ciências da vida.

Ao todo, foi concedido até agora um total de 224 incentivos financeiros através do projeto lançado em abril de 2012. Estes representam 70 ações de «Colaboração», 44 de «Perspetiva» e 110 de «Receção».

O quarto e último pedido de financiamento encerrou em maio de 2014 e resultou na atribuição de incentivos financeiros a 28 empresas – 13 procuravam especialização tecnológica e de mercado e 15 procuravam colaborar com um parceiro estrangeiro na rede IN2LifeSciences.

A par do financiamento para adquirir especialização internacional, o IN2LifeSciences organiza eventos «elevator pitch» transnacionais para ajudar as PME a acederem aos investidores estrangeiros, assim como «seminários Web» de formação online. Os «workshops» de intermediação internacional e outros eventos de inovação também ajudam as empresas de ciências da vida a encontrar organizações relevantes com as quais possam colaborar.

As PME têm acesso ao diretório IN2LS online com cerca de 224 fornecedores de serviços tecnológicos, 15 fornecedores de serviços financeiros e 72 fornecedores de serviços de mercado. Cada parceiro regional do projeto é responsável por atrair e avaliar candidatos da respetiva área e tem um orçamento total de 100000 euros para atribuir.

Comentário de Annick Pierrard do parceiro belga, Interface Enterprises-University na Universidade de Liège, na Valónia: «Tivemos de tomar a iniciativa, localizar e abordar estas pequenas empresas – muitas vezes por telefone – para consciencializá-las dos apoios que estão disponíveis. De forma progressiva, a dinâmica da nossa publicidade está a aumentar e já temos boas histórias de sucesso por parte das PME apoiadas. O acesso que facilitamos à especialização transnacional é essencial para o desenvolvimento de muitas destas pequenas empresas de ciências da vida.»

▶ SAIBA MAIS  
[www.in2lifesciences.eu](http://www.in2lifesciences.eu)



▶ GRÉCIA

# ▶ APOIO À EXPANSÃO INTERNACIONAL PARA PEQUENAS EMPRESAS GREGAS



Custo total:  
97 500 000 EUR  
Contribuição da UE:  
30 000 000 EUR

**As pequenas empresas na Grécia estão a ser incentivadas a colaborar e desenvolver em conjunto os seus mercados internacionais.**

O esquema «Extraversão – Competitividade das Empresas» foi concebido para melhorar a competitividade internacional das empresas locais e expandir os negócios das mesmas.

O esquema centra-se em empresários virados para o exterior e orientados para as exportações e visa impulsionar a economia da Grécia através da promoção dos produtos e serviços de elevado valor acrescentado do país.

Para conseguir isso, o programa atenta no desenvolvimento da cooperação e das parcerias entre as pequenas e médias empresas (PME) nos setores dos serviços, da construção e da indústria transformadora. No âmbito do esquema apoiado pela UE, o apoio financeiro é atribuído a grupos de PME (pelo menos três), desde que trabalhem em conjunto para realizar atividades de exportação.

O financiamento disponível pode ser utilizado de várias formas diferentes, tais como: para a produção e promoção de produtos ou serviços novos ou diferenciados, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, a introdução de novas tecnologias, protótipos e inovações, a diversificação da base produtiva da empresa, o desenvolvimento de atividades empresariais verdes ou atividades de reciclagem.

Por exemplo, através do programa, a THYRATRON S.A. (na imagem acima) conseguiu implementar um sistema de controlo de qualidade que resultou num aumento de 100% do volume de negócios e da produção.

Apesar de o programa se destinar principalmente ao setor de pequenas empresas da Grécia (microempresas e PME), em determinadas circunstâncias, as empresas maiores podem ser contempladas (aproximadamente 1% das empresas apoiadas), desde que estejam preparadas para cooperar com as PME na atividade internacional.

A meta primordial do projeto é melhorar o desempenho das empresas gregas nos mercados internacionais ao promover o empreendedorismo «virado para o exterior» como forma de mudar a produção na Grécia para bens e serviços de elevado valor acrescentado, que ofereçam qualidade, consciencialização ambiental, conhecimento e inovação.

Também pretende aumentar o investimento estrangeiro direto na economia grega e incentivar o apoio à presença competitiva das empresas gregas nos mercados nacionais e estrangeiros. Até ao momento, o programa resultou na criação de mais de 1 000 empregos.

▶ SAIBA MAIS  
[www.antonistikotita.gr](http://www.antonistikotita.gr)

## AGENDA

**30 DE SETEMBRO  
E 1 DE OUTUBRO  
DE 2014**

\_Bruxelas (BE)

**Fórum das Regiões  
Ultraperiféricas  
(Fórum RUP)**

**2 E 3 DE OUTUBRO  
DE 2014**

\_Praga (CZ)

**Plataforma de  
Especialização Inteligente,  
«Redes de Excelência»**

**6 A 9 DE OUTUBRO  
DE 2014**

\_Bruxelas (BE)

**OPEN DAYS**

**18 DE NOVEMBRO  
DE 2014**

\_Bruxelas (BE)

**Reunião de lançamento  
da Estratégia da UE para  
a Região do Adriático  
e do Jónico**

**1 E 2 DE DEZEMBRO  
DE 2014**

\_Milão (IT)

**Evento da Estratégia da  
UE para a Região Alpina**

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/agenda/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm)

## MANTENHA-SE LIGADO

 [www.ec.europa.eu/inforegio](http://www.ec.europa.eu/inforegio)

 [www.twitter.com/@EU\\_Regional](http://www.twitter.com/@EU_Regional)

 [www.yammer.com/regionetwork](http://www.yammer.com/regionetwork)  
Plataforma colaborativa da DG REGIO

 [www.flickr.com/euregional](http://www.flickr.com/euregional)

 Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»  
[www.inforegiodoc.eu](http://www.inforegiodoc.eu)

 [www.twitter.com/@JHahnEU](http://www.twitter.com/@JHahnEU)



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana  
Comunicação – Ana-Paula Laissy  
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas  
Courriel: [regio-panorama@ec.europa.eu](mailto:regio-panorama@ec.europa.eu)  
Internet: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm)

